



SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO

SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ RN

**Auditor Fiscal de Receitas Estaduais
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-RN**, cargo de **Auditor Fiscal de Receitas Estaduais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Nr6eGRPr96nDs3ep6>

01 - A B C D E 31 - A B C D E 61 - A B C D E 91 - A B C D E 121 - A B C D E 151 - A B C D E 181 - A B C D E 211 - A B C D E
02 - A B C D E 32 - A B C D E 62 - A B C D E 92 - A B C D E 122 - A B C D E 152 - A B C D E 182 - A B C D E 212 - A B C D E
03 - A B C D E 33 - A B C D E 63 - A B C D E 93 - A B C D E 123 - A B C D E 153 - A B C D E 183 - A B C D E 213 - A B C D E
04 - A B C D E 34 - A B C D E 64 - A B C D E 94 - A B C D E 124 - A B C D E 154 - A B C D E 184 - A B C D E 214 - A B C D E
05 - A B C D E 35 - A B C D E 65 - A B C D E 95 - A B C D E 125 - A B C D E 155 - A B C D E 185 - A B C D E 215 - A B C D E
06 - A B C D E 36 - A B C D E 66 - A B C D E 96 - A B C D E 126 - A B C D E 156 - A B C D E 186 - A B C D E 216 - A B C D E
07 - A B C D E 37 - A B C D E 67 - A B C D E 97 - A B C D E 127 - A B C D E 157 - A B C D E 187 - A B C D E 217 - A B C D E
08 - A B C D E 38 - A B C D E 68 - A B C D E 98 - A B C D E 128 - A B C D E 158 - A B C D E 188 - A B C D E 218 - A B C D E
09 - A B C D E 39 - A B C D E 69 - A B C D E 99 - A B C D E 129 - A B C D E 159 - A B C D E 189 - A B C D E 219 - A B C D E
10 - A B C D E 40 - A B C D E 70 - A B C D E 100 - A B C D E 130 - A B C D E 160 - A B C D E 190 - A B C D E 220 - A B C D E
11 - A B C D E 41 - A B C D E 71 - A B C D E 101 - A B C D E 131 - A B C D E 161 - A B C D E 191 - A B C D E 221 - A B C D E
12 - A B C D E 42 - A B C D E 72 - A B C D E 102 - A B C D E 132 - A B C D E 162 - A B C D E 192 - A B C D E 222 - A B C D E
13 - A B C D E 43 - A B C D E 73 - A B C D E 103 - A B C D E 133 - A B C D E 163 - A B C D E 193 - A B C D E 223 - A B C D E
14 - A B C D E 44 - A B C D E 74 - A B C D E 104 - A B C D E 134 - A B C D E 164 - A B C D E 194 - A B C D E 224 - A B C D E
15 - A B C D E 45 - A B C D E 75 - A B C D E 105 - A B C D E 135 - A B C D E 165 - A B C D E 195 - A B C D E 225 - A B C D E
16 - A B C D E 46 - A B C D E 76 - A B C D E 106 - A B C D E 136 - A B C D E 166 - A B C D E 196 - A B C D E 226 - A B C D E
17 - A B C D E 47 - A B C D E 77 - A B C D E 107 - A B C D E 137 - A B C D E 167 - A B C D E 197 - A B C D E 227 - A B C D E
18 - A B C D E 48 - A B C D E 78 - A B C D E 108 - A B C D E 138 - A B C D E 168 - A B C D E 198 - A B C D E 228 - A B C D E
19 - A B C D E 49 - A B C D E 79 - A B C D E 109 - A B C D E 139 - A B C D E 169 - A B C D E 199 - A B C D E 229 - A B C D E
20 - A B C D E 50 - A B C D E 80 - A B C D E 110 - A B C D E 140 - A B C D E 170 - A B C D E 200 - A B C D E 230 - A B C D E
21 - A B C D E 51 - A B C D E 81 - A B C D E 111 - A B C D E 141 - A B C D E 171 - A B C D E 201 - A B C D E 231 - A B C D E
22 - A B C D E 52 - A B C D E 82 - A B C D E 112 - A B C D E 142 - A B C D E 172 - A B C D E 202 - A B C D E 232 - A B C D E
23 - A B C D E 53 - A B C D E 83 - A B C D E 113 - A B C D E 143 - A B C D E 173 - A B C D E 203 - A B C D E 233 - A B C D E
24 - A B C D E 54 - A B C D E 84 - A B C D E 114 - A B C D E 144 - A B C D E 174 - A B C D E 204 - A B C D E 234 - A B C D E
25 - A B C D E 55 - A B C D E 85 - A B C D E 115 - A B C D E 145 - A B C D E 175 - A B C D E 205 - A B C D E 235 - A B C D E
26 - A B C D E 56 - A B C D E 86 - A B C D E 116 - A B C D E 146 - A B C D E 176 - A B C D E 206 - A B C D E 236 - A B C D E
27 - A B C D E 57 - A B C D E 87 - A B C D E 117 - A B C D E 147 - A B C D E 177 - A B C D E 207 - A B C D E 237 - A B C D E
28 - A B C D E 58 - A B C D E 88 - A B C D E 118 - A B C D E 148 - A B C D E 178 - A B C D E 208 - A B C D E 238 - A B C D E
29 - A B C D E 59 - A B C D E 89 - A B C D E 119 - A B C D E 149 - A B C D E 179 - A B C D E 209 - A B C D E 239 - A B C D E
30 - A B C D E 60 - A B C D E 90 - A B C D E 120 - A B C D E 150 - A B C D E 180 - A B C D E 210 - A B C D E 240 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/f4Db>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO 1**

Apesar da aparente solidão, ela vivia cercada de lembranças: objetos herdados, fotografias antigas e utensílios que atravessaram gerações, cada qual trazendo marcas do tempo. Sua casa refletia essa memória afetiva, onde até a colher de pau e a panela de pressão mostravam sinais de desgaste, tal como sua própria dona.

A modernidade chegara sem pedir licença. Ela trocou o coador de pano pela cafeteira, a máquina de escrever pelo computador, adotou internet, redes sociais e passou a resolver a vida bancária pelo aplicativo. Mas, apesar dessas mudanças, certos hábitos permaneceram intactos, como o vício de fumar e o desinteresse pela cultura fitness.

As marcas da idade também se impunham: o nariz adunco, os óculos agora necessários para longe e para perto, o corpo flácido e redistribuído, tudo lembrava que o tempo avançara sem concessões. Mesmo assim, ela percebia que algumas sabedorias tardias pouco serviam, pois não haveria novas paixões nem motivos para renunciar a prazeres em nome de dores futuras.

Ao preencher o formulário para obter o cartão de estacionamento de idosa, olhando o gato branco estirado no tapete, constatou com serenidade o que evitara admitir por tanto tempo: o futuro havia chegado.

[Texto Adaptado] EFFENBERGER, Henriette. O futuro chegou!. In: RECHIA, Rosângela Beatriz (Org.). Concurso Literário Felippe D’Oliveira: conto, crônica e poesia – Premiados 2017 e 2018. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 2018.

1. No que se refere à sua tipologia, o Texto 1 é, predominantemente,

- a) descritivo
- b) narrativo
- c) expositivo
- d) opinativo
- e) injuntivo

2. De acordo com o Texto 1, é correto afirmar que

- a) a personagem sempre rejeitou as inovações tecnológicas, mantendo hábitos tradicionais.
- b) a casa descrita é arcaica e obsoleta.
- c) a personagem sente o envelhecimento predominantemente por meio de mudanças emocionais.
- d) alguns objetos e práticas foram substituídos por recursos tecnológicos mais modernos.
- e) a personagem abandonou antigos vícios em razão das preocupações com a saúde.

3. Conclui-se do Texto 1 que o futuro

- a) é encarado pela personagem com assombro, sobretudo diante das transformações tecnológicas.
- b) chega de forma abrupta, rompendo totalmente com memórias e hábitos construídos ao longo da vida.
- c) é reconhecido pela personagem como um processo inevitável, associado à aceitação pacífica do envelhecimento.
- d) representa uma ameaça aos prazeres cotidianos, o que leva a personagem a abandonar antigos costumes.
- e) simboliza apenas a adoção de tecnologias modernas, desvinculada das mudanças físicas e emocionais.

4. No trecho “como o vício de fumar”, no segundo parágrafo, o vocábulo “como” introduz um segmento com sentido

- a) exemplificativo
- b) causal
- c) comparativo
- d) aditivo
- e) conformativo

5. No que se refere à coesão do Texto 1, o pronome “Sua”, em “Sua casa refletia essa memória afetiva”, no primeiro parágrafo, refere-se a

- a) solidão
- b) ela
- c) lembranças
- d) gerações
- e) tempo

6. Acerca de aspectos relativos a formas verbais empregadas no Texto 1, julgue os itens a seguir.

I. No trecho “pois não haveria novas paixões nem motivos para renunciar a prazeres”, no terceiro parágrafo, a forma verbal “haveria” indica uma hipótese.

II. No trecho “constatou com serenidade o que evitara admitir por tanto tempo” do quarto parágrafo, as formas verbais “constatou” e “evitara” estão flexionadas nos mesmos tempo e modo verbais, designando ações já concluídas.

III. Seriam preservados os sentidos e a correção gramatical do Texto 1 caso, no trecho “o futuro havia chegado”, no final do quarto parágrafo, a expressão “havia chegado” fosse substituída por “tinha chegado”.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

7. Acerca de aspectos relativos à sintaxe do primeiro parágrafo do Texto 1, julgue os itens a seguir.

I. Em “ela vivia cercada de lembranças”, no primeiro período, o segmento “de lembranças” exerce a função de agente da passiva.

II. O segmento “essa memória afetiva”, no segundo período, complementa a forma verbal “refletia”.

III. No primeiro período, a oração “que atravessaram gerações” é classificada como adjetiva explicativa.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

8. No terceiro parágrafo do Texto 1, pertencem à mesma classe de palavras os vocábulos

- a) “nariz” e “flácido” (primeiro período)
- b) “sabedorias” e “novas” (segundo período)
- c) “adunco” e “corpo” (primeiro período)
- d) “necessários” (primeiro período) e “tardias” (segundo período)
- e) “longe” (primeiro período) e “futuras” (segundo período)

9. Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do Texto 1, no que diz respeito à pontuação, caso

- a) a vírgula após “desgaste” (segundo período do primeiro parágrafo) fosse suprimida.
- b) a vírgula após “solidão” (primeiro período do primeiro parágrafo) fosse suprimida.
- c) fosse inserida uma vírgula após “pressão” (segundo período do primeiro parágrafo).
- d) fosse inserido um ponto e vírgula após “chegara” (primeiro período do segundo parágrafo)
- e) a vírgula após “cafeteira” (segundo período do segundo parágrafo) fosse suprimida.

10. No Texto 1, o emprego do sinal de dois-pontos no primeiro e no último parágrafo tem a finalidade de

- a) introduzir uma enumeração em ambos os casos.
- b) introduzir uma explicação em ambos os casos.
- c) introduzir uma enumeração e uma explicação, respectivamente.
- d) marcar o início de um diálogo e introduzir uma explicação, respectivamente.
- e) iniciar uma exemplificação, em ambos os casos.

11. Julgue os seguintes itens relativos ao emprego do sinal indicativo de crase no Texto 1.

- I. O emprego do sinal indicativo de crase é opcional no trecho “passou a resolver” (segundo parágrafo).
- II. O emprego do sinal indicativo de crase na expressão “As marcas da idade” (terceiro parágrafo) — Às marcas da idade — manteria a correção gramatical do texto, mas alteraria os sentidos originais.
- III. A correção gramatical e a coerência do texto seriam mantidas caso se substituísse “renunciar a prazeres” (terceiro parágrafo) por “renunciar às vontades”.

Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas o item II está certo.
- d) Apenas os itens I e II estão certos.
- e) Apenas os itens I e III estão certos.

12. Cada uma das próximas opções apresenta um trecho do Texto 1 seguido de uma proposta de reescrita. Assinale a opção em que a proposta de reescrita apresentada preserva a correção gramatical do trecho, considerando as regras de emprego e colocação de pronomes.

- a) “que atravessaram gerações” (primeiro parágrafo): que atravessaram-nas

b) “mostravam sinais de desgaste” (primeiro parágrafo): mostravam-lhes

c) “certos hábitos permaneceram intactos” (segundo parágrafo): certos hábitos permaneceram-os

d) “As marcas da idade também se impunham” (terceiro parágrafo): As marcas da idade também impunham-se

e) “Ela trocou o coador de pano” (segundo parágrafo):
Ela o trocou

13. Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que é gramaticalmente correta e preserva o sentido do último período do segundo parágrafo do Texto 1:

- a) No entanto, por causa dessas transformações, alguns costumes conservaram-se, como o hábito de fumar e a rejeição à cultura fitness.
- b) Não obstante tais alterações, determinados hábitos continuaram os mesmos, como o vício do fumo e a falta de interesse pela cultura fitness.
- c) Embora essas transformações tenham acontecido, certos hábitos seguiram preservados, como o desprezo pelo cigarro e pela cultura fitness.
- d) Em virtude dessas mudanças, determinados hábitos permaneceram iguais, como o vício de fumar e o interesse pela cultura fitness.
- e) Apesar de que tais mudanças ocorreram alguns hábitos ficariam mantidos, como o vício do fumar e o desinteresse pela cultura fitness.

14. Os sentidos do Texto 1 seriam preservados caso a forma verbal “refletia” (segundo período do primeiro parágrafo) fosse substituída por

- a) considerava
- b) analisava
- c) afetava
- d) estimava
- e) revelava

15. No que se refere aos aspectos gramaticais e semânticos do Texto 1, assinale a alternativa correta.

- a) No primeiro período do texto, o conectivo “Apesar da” poderia ser substituído por “Porém”, mantendo-se a correção e a coerência do texto.
- b) No segundo período do segundo parágrafo, o pronome “onde” poderia ser corretamente substituído por “nas quais”.
- c) No segundo período do terceiro parágrafo, o verbo “haveria” poderia ser corretamente reescrito no plural — “haveriam” — para concordar com os dois núcleos do sujeito composto: “paixões” e “motivos”.
- d) No segundo período do terceiro parágrafo, o deslocamento do vocábulo “futuras” para antes de “dores” causaria alteração semântica.
- e) Nos trechos do segundo parágrafo, “pelo computador” e “pelo aplicativo”, a preposição “por” tem o mesmo sentido.

17. Acerca da classificação das normas constitucionais quanto à aplicabilidade, assinale a opção correta

- a) Normas de eficácia plena dependem de lei posterior para produzir efeitos, razão pela qual sua aplicabilidade é mediata.
- b) Normas de eficácia contida possuem aplicabilidade imediata, mas admitem restrição por lei ou por outros meios constitucionalmente autorizados.
- c) Normas de eficácia limitada têm aplicabilidade imediata e integral, independentemente de atuação legislativa, por possuírem densidade normativa completa.
- d) Normas de eficácia plena admitem restrição ampla por lei ordinária, desde que o legislador demonstre interesse público e proporcionalidade.
- e) Normas de eficácia limitada somente produzem efeitos após emenda constitucional que lhes complete o conteúdo normativo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

16. Considerando o método jurídico de interpretação constitucional, assinale a opção que corresponde ao elemento histórico

- a) Busca esclarecer o significado das palavras do texto constitucional, priorizando o enunciado linguístico.
- b) Interpreta a norma constitucional como parte de um todo harmônico, evitando leitura isolada de dispositivos.
- c) Investiga as razões de criação da norma e a vontade do legislador, para reconstruir seu sentido.
- d) Considera a finalidade da norma e a razão de sua existência, orientando o resultado interpretativo.
- e) Utiliza soluções adotadas em outros Estados para iluminar a leitura de problemas constitucionais semelhantes.

18. Sobre a estrutura dos princípios fundamentais na CF/1988 e a distinção entre fundamentos, objetivos e diretrizes de atuação internacional, assinale a opção correta

- a) Soberania e cidadania representam objetivos a serem progressivamente alcançados, enquanto a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades formam a base identitária do Estado, servindo como fundamentos permanentes e imunes a escolhas políticas conjunturais.
- b) A prevalência dos direitos humanos e a autodeterminação dos povos compõem o núcleo dos fundamentos internos do Estado, mas sua aplicação depende de legislação integrativa, razão pela qual só vinculam a administração pública quando houver norma infraconstitucional que discipline sua execução.
- c) Os fundamentos descrevem opções estruturantes que qualificam o Estado e a ordem política, ao passo que os objetivos indicam metas constitucionais de atuação voltadas à transformação social; além disso, os parâmetros de relações internacionais funcionam como vetores de conduta externa, sem se confundirem com fundamentos ou objetivos.
- d) A separação de poderes e o pluralismo político são tratados como objetivos constitucionais de governo, de modo que podem ser modulados por escolhas legislativas, inclusive com ampliação de mecanismos de concentração decisória, desde que preservada a eficiência administrativa e a estabilidade institucional.
- e) Os objetivos constitucionais têm natureza meramente política e não possuem densidade normativa para atuar como parâmetro de controle, razão pela qual servem apenas como inspiração interpretativa, sem aptidão para sustentar invalidação de leis ou atos normativos.

19. Sobre direitos e deveres individuais na CF/1988, assinale a opção correta

- a) A inviolabilidade do domicílio impede o ingresso na casa, ainda que durante o dia, quando houver determinação judicial.
- b) A liberdade de expressão é absoluta, não admitindo responsabilização civil ou penal posterior.
- c) O direito de reunião exige autorização prévia do poder público e pode ocorrer com armas, se pacífica.
- d) A proteção à intimidade e à vida privada admite indenização por dano material ou moral quando houver violação.
- e) O direito de propriedade afasta, em qualquer hipótese, a possibilidade de desapropriação por utilidade pública.

20. A respeito dos direitos políticos na CF/1988, assinale a opção correta

- a) A condenação criminal transitada em julgado acarreta perda definitiva dos direitos políticos, ainda que a pena já tenha sido integralmente cumprida.
- b) O analfabeto pode alistar-se e votar, de forma facultativa, mas é inelegível para qualquer cargo eletivo.
- c) A filiação partidária é condição de elegibilidade apenas para cargos proporcionais, sendo dispensada nas eleições majoritárias.
- d) A cassação de direitos políticos é admitida quando houver decisão administrativa motivada, desde que assegurado contraditório e ampla defesa.
- e) O militar da ativa pode filiar-se a partido político para viabilizar candidatura, pois a filiação é requisito constitucional absoluto.

21. Acerca das vedações constitucionais impostas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, assinale a opção correta

- a) É compatível com a ordem constitucional a lei estadual que reconheça a Bíblia como livro-base doutrinário oficial, desde que se assegure a liberdade de crença das demais religiões.
- b) O ensino religioso confessional em escola pública é inconstitucional em qualquer hipótese, ainda que a matrícula seja facultativa, por violar a laicidade estatal.
- c) Diante de certidão oficial com informação equivocada, deve-se desconsiderá-la sempre, ainda que a parte não tenha contribuído para o erro, pois documento público não produz presunção de veracidade.
- d) É válida lei estadual que, em concurso público, estabeleça preferência na classificação ao candidato com maior tempo de serviço prestado ao próprio ente federativo, por refletir vinculação com a administração local.
- e) É vedado recusar fé a documentos públicos e, havendo certidão oficial com dado equivocado sem contribuição da parte, deve-se resguardar a boa-fé e admitir o uso do documento para beneficiá-la.

22. Acerca da cláusula de reserva de plenário e de sua aplicação no controle de constitucionalidade, assinale a opção correta

- a) A regra da reserva de plenário aplica-se às Turmas Recursais dos Juizados Especiais, por atuarem como órgãos colegiados com função revisora.
- b) A exigência de reserva de plenário impede que juiz de primeira instância declare, no controle difuso, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.
- c) Viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade, afaste a incidência de lei ou ato normativo por fundamentos constitucionais.

d) A técnica de interpretação conforme a Constituição sempre exige deliberação pelo Plenário ou órgão especial, porque altera o sentido do texto legal.

e) A declaração de não recepção de lei anterior à Constituição, por incompatibilidade material com a CF/1988, depende de decisão pela maioria absoluta do Plenário ou do órgão especial.

23. Assinale a alternativa correta, considerando o cabimento e os limites da ADPF no controle concentrado

- a) A ADPF é cabível para impugnar veto presidencial, por se tratar de ato do Poder Público capaz de gerar lesão a preceito fundamental, ainda que existam outras vias judiciais em tese utilizáveis.
- b) A ADPF pode ser ajuizada para questionar enunciado de súmula do STF, inclusive súmula vinculante, pois tais enunciados equivalem a atos do Poder Público para fins de controle concentrado.
- c) A ADPF não pode ter como objeto exclusivo decisão judicial transitada em julgado, pois o instrumento não se presta a desconstituir coisa julgada, em respeito à segurança jurídica.
- d) A existência de processos ordinários em curso ou a mera possibilidade de recurso extraordinário afasta, sempre e automaticamente, o cabimento da ADPF, já que sua subsidiariedade é interpretada de modo literal.
- e) Na ADPF, o quórum de julgamento do mérito é de maioria simples, pois a lei não fixou parâmetro e, por isso, não se aplica o mesmo quórum exigido para as demais ações do controle objetivo.

24. Assinale a alternativa correta.

- a) O Sistema Financeiro Nacional é disciplinado detalhadamente em vários dispositivos da CF/1988 e pode ser regulado por lei ordinária.
- b) O Sistema Financeiro Nacional tem como foco exclusivo instituições públicas, não alcançando instituições privadas.
- c) O Sistema Financeiro Nacional não abrange cooperativas de crédito, pois estas se submetem a regime constitucional próprio e separado.
- d) O Sistema Financeiro Nacional deve promover o desenvolvimento equilibrado do País e servir aos interesses da coletividade, sendo regulado por leis complementares.
- e) O Sistema Financeiro Nacional pode ser organizado por decreto autônomo, dispensada a edição de leis complementares.

25. Sobre a perda da nacionalidade brasileira, assinale a opção correta

- a) Admite-se perda por pedido expresso, se não houver apatridia, com possibilidade de reaquisição na forma da lei.
- b) A aquisição voluntária de outra nacionalidade segue sendo causa de perda automática da nacionalidade brasileira, ressalvadas hipóteses de apatridia.
- c) O cancelamento da naturalização por fraude pode ser feito por ato administrativo, com efeitos retroativos, prescindindo de sentença judicial.
- d) A perda por cancelamento da naturalização aplica-se a brasileiros natos e naturalizados e pode ser decretada em processo administrativo.
- e) Na perda-punição, a reaquisição da nacionalidade ocorre por novo procedimento de naturalização, independentemente de decisão judicial.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida***26. No que diz respeito à responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados durante manifestações populares e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta:**

- a) A responsabilidade do Estado por danos causados a profissionais da imprensa em manifestações é subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa dos agentes policiais envolvidos no conflito.
- b) O reconhecimento da excludente de responsabilidade por culpa exclusiva da vítima pode ser presumido pelo Poder Público se o indivíduo estiver presente em manifestação onde ocorra tumulto ou conflito.
- c) A obrigação de o Estado reparar o dano causado por sua atuação administrativa depende obrigatoriamente do reconhecimento da ilicitude da conduta dos policiais na esfera penal.
- d) É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística em manifestações, cabendo excludente se o profissional descumprir advertência ostensiva sobre acesso a áreas de risco.
- e) O ônus da prova para a reparação de danos derivados de ação policial em reuniões públicas recai sobre o cidadão, que deve provar que era terceiro inocente e que não deu causa à reação do agente.

27. No que tange aos ritos, garantias e procedimentos do processo administrativo disciplinar, assinale a opção correta:

- a) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar configura hipótese de nulidade absoluta do procedimento, independentemente da demonstração de prejuízo à defesa do servidor investigado.
- b) É permitida a utilização de prova emprestada no processo administrativo disciplinar, desde que autorizada pelo juízo competente e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- c) A instauração de processo administrativo disciplinar com fundamento exclusivo em denúncia anônima é vedada pelo ordenamento jurídico, não sendo admitida mesmo que haja investigação ou sindicância prévia motivada.
- d) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar deve apresentar, obrigatoriamente, a exposição detalhada e minuciosa de todos os fatos a serem apurados, sob pena de nulidade por cerceamento de defesa.
- e) Não é possível o controle judicial do processo administrativo disciplinar, uma vez que se trata de mérito administrativo, sujeito ao juízo exclusivo da autoridade pública.

28. No que se refere ao direito à nomeação de candidatos aprovados em concurso público e ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a opção correta:

- a) O surgimento de novas vagas ou a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital.
- b) A contratação temporária realizada após a expiração do prazo de validade do certame configura preterição ilegal, gerando o direito à nomeação para os candidatos aprovados no cadastro de reserva do concurso encerrado.
- c) A superveniência da extinção dos cargos oferecidos no edital de concurso, em razão da extração do limite de despesa com pessoal, desde que anterior

ao término da validade do concurso e devidamente motivada, justifica a mitigação do direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado dentro das vagas.

- d) Ainda que aprovado dentro das vagas, o candidato goza de mera expectativa de direito, sujeita ao juízo de conveniência e oportunidade da administração.
- e) O candidato aprovado fora do número de vagas pode ajuizar ação pedindo sua nomeação em razão de preterição, ainda que o fato gerador dessa preterição tenha ocorrido após o encerramento do prazo de validade do concurso.

29. No que se refere às alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa (LIA) e à sua aplicação temporal conforme o entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta:

- a) Para o deferimento da indisponibilidade de bens em sede de ação de improbidade administrativa, passou-se a exigir a demonstração do requisito da urgência, além da plausibilidade do direito, sendo tal norma de aplicação imediata aos processos em curso.
- b) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 possui natureza retroativa, devendo os novos marcos temporais serem aplicados a fatos ocorridos antes da publicação da referida lei.
- c) A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa incide retroativamente em relação à eficácia da coisa julgada e durante o processo de execução das penas e seus incidentes.
- d) A tipificação dos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário prescinde da comprovação de dolo, bastando a demonstração de culpa grave por parte do agente público e o dano efetivamente comprovado.
- e) No caso do nepotismo, não será possível continuar a ação de improbidade proposta antes da vigência da Lei 14.230/2021, uma vez que a redação anterior não definia este ato de improbidade e a nova redação prevê um rol taxativo de atos de improbidade.

30. No que se refere às margens de preferência e às medidas de compensação nos processos licitatórios, assinale a opção correta:

- a) A margem de preferência para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras poderá ser de até 30% (trinta por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem nos critérios de preferência.
- b) A margem de preferência deve ser aplicada aos bens manufaturados nacionais ainda que a capacidade de produção desses bens no País seja inferior à quantidade a ser adquirida ou contratada pela Administração, com o objetivo de incentivar o incremento da produção nacional.
- c) A extensão da margem de preferência a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul) é automática, prescindindo de previsão em acordo internacional ou reciprocidade.
- d) Os editais de licitação podem exigir que o contratado promova medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica em favor da Administração, desde que haja prévia justificativa da autoridade competente.
- e) Para bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, a margem de preferência será definida em decisão fundamentada do Poder Legislativo federal, conforme estabelecido nas diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável.

31. No que se refere às regras de recebimento do objeto nos contratos administrativos, assinale a opção correta:

- a) Salvo disposição em contrário no edital, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da administração pública.
- b) Em se tratando de compras, o recebimento provisório dar-se-á mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências contratuais, após verificação da conformidade do material.
- c) O recebimento definitivo de um projeto de obra ou consultoria exime o projetista da responsabilidade objetiva por danos causados em virtude de falhas de projeto identificadas após a entrega.
- d) O objeto do contrato poderá ser rejeitado apenas em sua totalidade quando for verificado que a execução está em desacordo com as cláusulas contratuais estabelecidas.
- e) Tratando-se de obra, o recebimento definitivo não exime o contratado da responsabilidade objetiva pela solidez e segurança dos materiais e serviços pelo prazo mínimo de cinco anos.

32. Pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que firmam com o poder público um contrato de gestão e obtêm qualificação para realizar atividades de interesse público dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, bem como à cultura e à saúde, são as denominadas:

- a) fundações públicas.
- b) organizações sociais.
- c) organizações da sociedade civil de interesse público.
- d) autarquias.
- e) empresas públicas.

33. Julgue os itens a seguir, relativos a consórcios e convênios públicos.

I – Ao contrário do que se verifica nos consórcios públicos, a formalização de convênios públicos não exige a instituição de uma nova personalidade jurídica.

II – O consórcio público pode ser constituído como pessoa jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, ou de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

III – É vedada a constituição de consórcios públicos voltados à execução de serviços de saúde que possuam natureza permanente e contínua.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

34. No que concerne ao controle de legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões pelos Tribunais de Contas, assinale a opção correta:

- a) O ato de concessão de aposentadoria possui natureza jurídica de ato administrativo simples, pois se aperfeiçoa integralmente com a manifestação de vontade do órgão ao qual o servidor está vinculado.
- b) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, o Tribunal de Contas está sujeito ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.
- c) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa na fase de apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- d) O prazo prescricional de cinco anos para que a Corte de Contas proceda ao registro dos atos de concessão inicial de aposentadoria tem como marco inicial a data da publicação do ato de concessão inicial pelo órgão de origem.
- e) Se o Tribunal de Contas demorar mais que cinco anos para analisar a concessão inicial, o ato deve ser anulado automaticamente por vício de procedimento.

35. Assinale a opção que corresponde ao atributo dos atos administrativos que decorre do poder conferido à administração pública para impor obrigações mesmo contra a vontade do particular, desde que haja previsão legal ou interesse público:

- a) presunção de legitimidade.
- b) tipicidade.
- c) imperatividade.
- d) exigibilidade.
- e) autoexecutoriedade.

DIREITO COMERCIAL*Cadu Carrilho*

36. À luz da disciplina do Direito de Empresa prevista no Código Civil, especialmente no que se refere à caracterização do empresário e aos efeitos do exercício irregular da atividade empresária, assinale a opção correta.

- a) O exercício de atividade econômica organizada por pessoa legalmente impedida de exercer empresa torna nulos os atos praticados, não produzindo quaisquer efeitos jurídicos perante terceiros.
- b) A inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis é requisito constitutivo da qualidade de empresário, razão pela qual aquele que não se registra não pode ser considerado empresário, ainda que exerça atividade econômica organizada.
- c) O produtor rural somente será considerado empresário se exercer atividade econômica organizada e, cumulativamente, realizar sua inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, sendo irrelevante o efetivo exercício da atividade.
- d) O exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços caracteriza o empresário, ainda que a pessoa que a exerce esteja legalmente impedida, hipótese em que responderá pelas obrigações contraídas.
- e) A atividade intelectual, ainda que exercida com organização dos fatores de produção e com predominância da estrutura empresarial sobre a atuação pessoal do profissional, jamais poderá ser enquadrada como atividade empresária.

37. As À luz do regime jurídico do estabelecimento empresarial previsto no Código Civil, assinale a opção correta.

- a) O estabelecimento empresarial, por constituir universalidade de direito, não pode ser objeto de penhora nem de negócios jurídicos autônomos em relação à pessoa do empresário.

b) O contrato de alienação do estabelecimento empresarial produz efeitos perante terceiros independentemente de averbação no Registro Público de Empresas Mercantis, desde que haja ciência inequívoca dos credores.

c) O adquirente do estabelecimento responde exclusivamente pelos débitos contraídos após a transferência, ainda que os anteriores estejam regularmente contabilizados.

d) Salvo disposição contratual em contrário, o adquirente do estabelecimento sub-roga-se nos contratos estipulados para a exploração da empresa, excetuados aqueles de caráter pessoal.

e) A alienação nome empresarial implica, necessariamente, a transferência automática da titularidade do nome empresarial e da firma, ainda que não haja previsão expressa nesse sentido.

38. À luz do Código Civil, no que se refere às sociedades não personificadas e à responsabilidade dos sócios, assinale a opção correta.

- a) A sociedade em comum adquire personalidade jurídica com o início efetivo da atividade econômica, ainda que não haja registro do contrato social no órgão competente.
- b) Na sociedade em comum, os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, somente sendo alcançados após a excussão integral do patrimônio social.
- c) Os bens e dívidas sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum.
- d) A sociedade em conta de participação possui personalidade jurídica própria, sendo o sócio ostensivo mero representante dos demais sócios perante terceiros.
- e) A inexistência de registro da sociedade implica nulidade absoluta dos atos praticados, não produzindo efeitos jurídicos nem mesmo entre os sócios.

39. As À luz da Lei nº 11.101/2005, no que se refere aos efeitos da decretação da falência sobre as ações e execuções em curso, assinale a opção correta.

- a) A decretação da falência suspende todas as ações e execuções contra o devedor, inclusive as demandas que versem sobre quantia ilíquida, as execuções fiscais e as ações trabalhistas, que passam a tramitar exclusivamente no juízo falimentar.
- b) Com a decretação da falência, as execuções fiscais em curso são extintas, devendo a Fazenda Pública habilitar seus créditos no processo falimentar, observada a ordem legal de classificação.
- c) As ações que demandarem quantia ilíquida terão prosseguimento no juízo em que estiverem sendo processadas, cabendo ao juízo falimentar apenas a execução do crédito posteriormente apurado.
- d) A decretação da falência impede o ajuizamento de novas ações contra o devedor, ainda que destinadas à apuração de créditos trabalhistas ou à constituição de crédito ilíquido.
- e) O juízo falimentar atrai a competência para processar e julgar todas as ações em que figure o falido, inclusive aquelas em que a massa falida atue como autora ou litisconsorte ativa.

40. À luz do Código Civil e da interpretação consolidada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no que se refere à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- a) A simples inexistência de bens penhoráveis em nome da pessoa jurídica é suficiente para autorizar a desconsideração da personalidade jurídica, independentemente da demonstração de abuso.
- b) A caracterização de grupo econômico, por si só, autoriza a desconsideração da personalidade jurídica das sociedades que o integram.
- c) A alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica configura, necessariamente, desvio de finalidade apto a justificar a desconsideração.
- d) O encerramento irregular da sociedade empresária, aliado à inadimplência generalizada, constitui hipótese automática de desconsideração da personalidade jurídica.
- e) A desconsideração da personalidade jurídica somente pode alcançar o patrimônio do sócio ou do administrador que tenha sido direta ou indiretamente beneficiado pelo abuso da personalidade jurídica.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

41. Com relação ao domicílio, assinale a alternativa correta.

- a) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o último local onde ela manteve residência com ânimo definitivo.
- b) O domicílio da União é Brasília.
- c) Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.
- d) O domicílio dos militares em geral é a sede do comando a que se encontrarem imediatamente subordinados.
- e) O domicílio do preso corresponde à comarca em que ele sofreu condenação transitada em julgado.

42. João, logo após ganhar o prêmio da mega-sena, e sem qualquer experiência no mercado automotivo, veio a adquirir de Pedro um veículo usado da marca X, pagando um preço equivalente ao dobro do valor de mercado de um modelo similar zero quilômetro.

De acordo com a legislação civil, o negócio jurídico celebrado entre João e Pedro é:

- a) Válido.
- b) Anulável, sujeitando-se ao prazo decadencial de 4 anos, a contar da sua realização, para a propositura da ação anulatória.
- c) Anulável, desde que Pedro tenha agido com dolo de aproveitamento.
- d) Nulo, e portanto, insuscetível de convalescimento.
- e) Nulo, não se sujeitando a prescrição ou decadência.

43. Com relação à renúncia da prescrição, é correto afirmar que:

- a) A prescrição não admite renúncia.
- b) A prescrição admite renúncia, desde que o prazo prescricional tenha sido contratualmente estipulado.
- c) A prescrição admite renúncia, podendo esta ser expressa ou tácita, contanto que ocorra anteriormente à consumação do prazo prescricional.
- d) A prescrição somente admite renúncia expressa.
- e) A prescrição admite renúncia, podendo esta ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, depois que a prescrição se consumar.

44. Com relação à união estável, assinale a alternativa correta.

- a) Para que a união estável se configure, é necessário tempo de convivência mínimo de 2 anos.
- b) No pacto de regime de bens da união estável, são inválidas as cláusulas que estabeleçam a retroatividade dos efeitos patrimoniais.
- c) É vedada a união estável de pessoa casada.
- d) Sendo um dos conviventes maior de 70 anos, e não havendo pactuação do regime de bens, aplica-se aos efeitos patrimoniais da relação o regime da comunhão parcial.
- e) A comunicabilidade dos bens entre os conviventes exige a comprovação do esforço comum.

45. Mario, viúvo, deixou ao falecer dois irmãos (Clecio e Claudio), dois sobrinhos (Rodrigo e Eduarda, filhos de um irmão de Mario falecido anos antes), um tio (Rui) e uma prima (Flavia).

Com relação aos bens deixados por Mario, serão estes destinados:

- a) A Clecio, Claudio, Rodrigo e Eduarda, na proporção de 1/3 para Clecio, 1/3 para Claudio, 1/6 para Rodrigo e 1/6 para Eduarda.
- b) A Clecio, Claudio, Rodrigo e Eduarda, na proporção de 1/4 para cada um.
- c) A Clecio e Claudio, na proporção de 1/2 para cada um.
- d) A Clecio, Claudio, Rodrigo e Eduarda e Rui, na proporção de 1/5 para cada um.
- e) A Clecio, Claudio, Rodrigo e Eduarda, Rui e Flavia, na proporção de 1/5 para cada um.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

46. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta:

- a) A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente, desde que sua vigência seja anterior ao início da permanência
- b) consideram-se extensão do território nacional as embarcações brasileiras a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem
- c) A superveniência de nova lei penal abolitiva faz cessar a execução da pena e todos os demais efeitos da condenação, penais e extrapenais
- d) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a administração pública, praticados por quem está a seu serviço, desde que o agente posteriormente ingresse no território nacional
- e) Considera-se praticado o delito apenas no lugar em que ocorreu a conduta, ainda que outro seja o lugar do resultado

47. A imputabilidade penal é capacidade mental de o agente, ao tempo do fato, entender o caráter ilícito de sua conduta e comportar-se de acordo com este entendimento.

Sobre a imputabilidade penal, assinale a alternativa correta.

- a) o estado de necessidade e a coação moral irresistível afastam a imputabilidade penal
- b) a obediência hierárquica e a coação moral irresistível afastam a imputabilidade penal
- c) a presença de doença mental afasta a imputabilidade penal, tendo sido adotado o critério psicológico
- d) a embriaguez em nenhuma hipótese tem o condão de afastar a imputabilidade penal
- e) a menoridade e a embriaguez accidental completa afastam a imputabilidade penal

48. Daniel, Auditor-Fiscal da SEFAZ-RN, ao dirigir-se até determinado estabelecimento comercial para realizar uma fiscalização tributária, foi agredido por Márcio, dono da empresa, que buscava impedir a realização do ato. Daniel, em razão das agressões, sofreu lesão corporal grave, e a fiscalização acabou não sendo realizada naquela data.

Nesse caso, a conduta de Márcio configura:

- a) Resistência simples, apenas
- b) Resistência qualificada e lesão corporal grave
- c) Desobediência e lesão corporal grave
- d) Resistência qualificada, apenas
- e) Resistência simples e lesão corporal grave

49. Nos termos do Código Penal e da Jurisprudência do STJ, a importação não autorizada, para fins de comércio, de 800 maços de cigarro, configura:

- a) Contrabando, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, se presentes os requisitos jurisprudencialmente estabelecidos
- b) Contrabando, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- c) Descaminho, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- d) Descaminho, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, se presentes os requisitos jurisprudencialmente estabelecidos
- e) Mero ilícito administrativo

50. Manoel sabia que Elza era sócia-administradora de uma empresa que tinha débitos tributários junto à Secretaria de Fazenda do estado. Diante disso, buscou se aproximar de Elza e solicitou a quantia de R\$ 20.000,00, alegando que poderia convencer o auditor-fiscal Rafael a cancelar o lançamento fiscal relativo aos débitos da empresa. Alegou, ainda, que parte do valor seria repassada a Rafael. Manoel, porém, sequer conhecia Rafael e não pretendia exercer qualquer influência sobre ele. Elza, todavia, não acreditou na história de Manoel e não realizou o pagamento.

Nessa situação, Manoel deverá responder pelo crime de:

- a) tráfico de influência, consumado, com aumento de pena de metade
- b) tráfico de influência, tentado, sem aumento de pena
- c) tráfico de influência, tentado, com aumento de pena de metade
- d) tráfico de influência, consumado, sem aumento de pena
- e) corrupção ativa, consumada

DIREITO FINANCEIRO*Leandro Ravelle*

51. O Estado Delta estruturou uma PPP para ampliar a rede de saneamento e, para mitigar risco de contraparte, ofereceu ao parceiro privado, como garantia, o produto de multas administrativas ambientais e de preços públicos arrecadados por suas autarquias, ambos com parcelamento administrativo vigente e fluxo previsível ao longo do contrato. O Tribunal de Contas estadual apontou possível ofensa ao princípio da não afetação, por entender que qualquer vinculação de receita orçamentária para garantia seria vedada, sobretudo porque tais ingressos constaram da base de previsão de receitas da LOA.

À luz da Constituição e das normas de finanças públicas, tal entendimento é juridicamente:

- a) correto, pois a vinculação de qualquer receita orçamentária a garantias privadas depende de lei complementar federal específica, sob pena de constitucionalidade formal e material.
- b) correto, uma vez que a vinculação em garantia somente é admitida para a União e exclusivamente com impostos federais, sendo vedada aos Estados quanto a quaisquer receitas.
- c) equivocado, porque a vedação constitucional de não vinculação recai sobre o produto de impostos a órgão, fundo ou despesa, não se aplicando, como regra, a receitas não tributárias (multas e preços públicos), salvo disposições específicas.
- d) correto, já que o princípio veda toda e qualquer destinação vinculada, inclusive de receitas não tributárias, por afetar o equilíbrio orçamentário e a unidade de caixa do Tesouro.
- e) equivocado, porque a vedação constitucional limita-se à vinculação de tributos em geral (impostos, taxas e contribuições), sendo livre a vinculação do produto dos impostos estaduais.

52. A Lei Orçamentária Anual de 2026 do Município de Natal foi sancionada com:

- (i) *autorização genérica para o Chefe do Executivo abrir créditos suplementares até 10% do total da despesa fixada;*
- (ii) *criação de reserva de contingência “calculada com base na arrecadação total do exercício anterior apurada em relatório fiscal”, constando apenas o valor global na LOA; e*
- (iii) *previsão de alienação de equipamentos da frota oficial, com cláusula contratual prevendo multa e juros por atraso de pagamento por parte do arrematante.*

À luz das normas do direito financeiro brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A LRF exige que a LOA fixe o montante da reserva de contingência com base na receita arrecadada total do exercício anterior, evidenciada em relatório fiscal quadrimestral (RGF).
- b) Segundo o Ementário de Receitas e o MCASP, multa e juros por atraso no recebimento de alienação de bens devem ser classificados como receitas de capital, por derivarem de uma operação de capital.
- c) A LOA pode autorizar a abertura de créditos suplementares até determinado limite e estes podem ter como fonte o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 31/12 do exercício anterior, desde que não comprometido por despesas já vinculadas.
- d) O princípio da exclusividade autoriza inserir na LOA dispositivo permitindo a abertura de créditos especiais e suplementares para despesas sem dotação específica.
- e) A LRF determina que a reserva de contingência conste necessariamente na LOA, sendo calculada com base na RREO bimestral, e dispensa tratamento na LDO por se tratar de despesa intraorçamentária.

53. O Estado do Rio Grande do Norte encaminhou à Assembleia Legislativa o projeto de LDO para o ano de 2026. Por lapso, o texto inicial não trouxe os anexos. Após críticas técnicas, o Executivo editou decreto de programação financeira anexando um “Anexo de Metas”, com metas anuais apenas para 2026 e 2027, e remetendo à LOA de 2026 a avaliação do cumprimento das metas de 2025 e a memória de cálculo dos resultados primário e nominal. O TCE-RN questionou a regularidade.

À luz da CF/1988 e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), assinale a alternativa correta:

- a) O Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais servem primordialmente para dimensionar a Reserva de Contingência, a qual é “acionada” quando as metas não são atingidas, podendo constar de decreto do Executivo.
- b) O Anexo de Metas Fiscais integra o decreto de execução orçamentária a ser editado no primeiro bimestre, pois é nele que se fixam as metas e os critérios para contingenciamento.
- c) O Anexo de Metas Fiscais compõe a LOA, trazendo metas anuais (em valores correntes e constantes) de receitas, despesas e resultados primário e nominal para o exercício a que se refere e para o exercício seguinte.
- d) A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- e) O Anexo de Metas Fiscais é próprio do PPA, devendo nele constar a margem de expansão das despesas obrigatórias e os resultados esperados das empresas estatais, ficando a LDO restrita a diretrizes qualitativas.

54. Durante a execução do Projeto “*NATAL VERDE*” no exercício de 2026, a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Rio Grande do Norte (SEINFRA/RN) verificou que a Unidade Gestora A detinha a dotação orçamentária original, mas a obra seria tocada pela Unidade Gestora B, especializada em contratos de pavimentação. Para viabilizar a execução, a SEINFRA/RN:

- (i) *registrou descentralização orçamentária da dotação para a UG B;*
- (ii) *manteve a liberação financeira centralizada, segundo o Decreto de Programação Financeira;*
- (iii) *propôs alteração orçamentária para recompor dotações insuficientes, pela via adequada.*

Toda a movimentação foi registrada em sistema corporativo integrado de contabilidade e administração financeira.

À luz das normas aplicáveis e das boas práticas de orçamento, assinale a opção correta:

- a) A programação e a execução orçamentária e financeira devem ser acompanhadas por sistema de contabilidade e administração financeira (modelo SIAFIC), e podem ser impactadas por descentralizações de crédito e por abertura de créditos adicionais quando houver necessidade de ajustar dotações.
- b) A descentralização orçamentária se dá por repasse financeiro direto entre as unidades, bastando observar o Decreto de Programação Financeira, sem necessidade de ato formal de crédito entre UGs.
- c) Alterações orçamentárias somente podem ocorrer por créditos adicionais, sendo vedado o remanejamento de recursos dentro de um mesmo programa, ainda que autorizado em lei.
- d) O sistema SIOPE é o repositório da execução orçamentária estadual e, por isso, é nele que devem ser formalizados os atos de alteração da LOA e as descentralizações orçamentárias entre UGs.
- e) A execução orçamentária prescinde de descentralização formal de crédito quando a

execução física ocorrer em UG diversa da detentora da dotação, pois a liberação financeira centralizada supre a necessidade de ajuste orçamentário.

55. Diante de frustração de receitas identificada no 3º bimestre, o Poder Executivo do Estado do RN editou o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (DPOF), redefinindo limites de movimentação e empenho e ajustando o cronograma de execução mensal de desembolso. Na reunião de alinhamento com os ordenadores de despesa, surgiram as seguintes proposições:

- a) A limitação de empenho autoriza a suspensão automática da execução de contratos já vigentes, sem necessidade de aditivos, comunicação formal ou análise de reequilíbrio econômico-financeiro, pois prevalece o interesse público em recompor as metas fiscais.
- b) O DPOF pode substituir a LOA em caso de frustração de receitas, passando a definir dotações e a autorizar gastos no lugar da lei orçamentária aprovada pelo Legislativo.
- c) A decretação de limitação de empenho basta, por si só, para recompor o equilíbrio fiscal, dispensando reestimativas de receita e dispensando a reprogramação do cronograma de desembolso.
- d) Recursos legalmente vinculados a finalidade específica devem ser utilizados exclusivamente para o objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele do ingresso.
- e) Para atender à meta fiscal, podem ser cancelados livremente restos a pagar processados, independentemente da etapa de liquidação, de controles específicos ou de respaldo normativo.

ECONOMIA*Amanda Aires*

56. Considere um consumidor com função utilidade contínua, estritamente crescente e estritamente quasi-côncava em dois bens x e y . Suponha que o consumidor enfrente preços positivos e renda monetária fixa. Sobre as propriedades da escolha ótima do consumidor, assinale a alternativa correta.

- a) A condição de tangência entre a curva de indiferença e a restrição orçamentária é suficiente para garantir unicidade da solução, independentemente da forma da função utilidade.
- b) Se a função utilidade for estritamente quasi-côncava, a cesta ótima pode ocorrer em um canto da restrição orçamentária.
- c) A taxa marginal de substituição no ponto ótimo é igual à razão inversa dos preços relativos.
- d) A convexidade das preferências garante que qualquer solução de maximização de utilidade seja um ponto de mínimo local.
- e) A estrita quasi-concavidade da função utilidade garante que a solução do problema de maximização de utilidade, se existir no interior do conjunto orçamentário, é única.

57. Em um mercado perfeitamente competitivo no longo prazo, com empresas idênticas e função de custo médio em formato de “U”, considere que ocorre um aumento permanente da demanda de mercado. Assinale a alternativa correta.

- a) O aumento da demanda eleva o preço de equilíbrio no longo prazo, pois as firmas não conseguem ajustar seus custos.
- b) O lucro econômico positivo no curto prazo persiste no longo prazo devido à inexistência de barreiras à entrada.
- c) No longo prazo, o preço retorna ao nível mínimo do custo médio, com aumento da quantidade ofertada pelo mercado.

d) O ajuste ocorre exclusivamente via aumento da produção das firmas já existentes, sem entrada de novas firmas.

e) O novo equilíbrio de longo prazo ocorre com preço inferior ao custo marginal das firmas representativas.

58. Considere um jogo simultâneo do tipo Dilema dos Prisioneiros, jogado uma única vez, com estratégias “Cooperar” e “Não Cooperar”. Os payoffs obedecem à estrutura clássica do dilema. Assinale a alternativa correta.

- a) A cooperação é um equilíbrio de Nash, pois gera o maior payoff conjunto.
- b) A estratégia dominante para cada jogador é cooperar, dado que ambos se beneficiam mutuamente.
- c) O equilíbrio de Nash resulta em um resultado Pareto-eficiente.
- d) A não cooperação é a estratégia dominante para cada jogador, ainda que o resultado seja Pareto-ineficiente.
- e) O dilema desaparece quando o jogo é simultâneo, ocorrendo apenas em jogos sequenciais.

59. No modelo IS-LM tradicional, com preços rígidos no curto prazo, considere uma economia fechada. Suponha que o Banco Central aumente a oferta monetária e que a demanda por moeda seja sensível à taxa de juros. Assinale a alternativa correta.

- a) A curva LM desloca-se para a esquerda, elevando a taxa de juros e reduzindo a renda.
- b) O deslocamento da LM não afeta o equilíbrio da renda, apenas a taxa de juros.
- c) O aumento da oferta monetária desloca a LM para a direita, reduzindo a taxa de juros e elevando a renda de equilíbrio.
- d) A política monetária é totalmente ineficaz, pois a curva IS é vertical.
- e) O efeito final é uma redução simultânea da renda e do nível de investimento.

60. Sobre o Plano Real, implementado no Brasil a partir de 1994, assinale a alternativa correta.

- a) O plano baseou-se exclusivamente em um choque heterodoxo de congelamento geral de preços e salários.
- b) A criação da Unidade Real de Valor (URV) teve como objetivo principal substituir imediatamente a moeda nacional.
- c) O Plano Real ignorou completamente o problema da inércia inflacionária.
- d) A âncora cambial foi utilizada como instrumento auxiliar no processo de estabilização dos preços.
- e) A estabilização inflacionária ocorreu sem qualquer ajuste fiscal ou reformas institucionais.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

61. Marque a alternativa em que é apresentado um fato que aumenta a conta lucros acumulados.

- a) Marcação a mercado positiva de ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado.
- b) Ajuste credor de exercício anterior.
- c) Participação dos debenturistas nos lucros da companhia.
- d) Venda de ações em tesouraria com lucro.
- e) Doação efetuada a uma querimesse.

62. Marque a alternativa que apresenta um fato contábil misto diminutivo.

- a) Aquisição de mercadorias, com juros embutidos que representam 10% do total devido.
- b) Compra de equipamento com desconto obtido em função de o pagamento ter sido à vista.
- c) Desconto de duplicatas junto ao banco É LENHA.
- d) Amortização de um ativo intangível com vida útil indefinida.
- e) Amortização de empréstimos com juros de mora.

63. Marque a alternativa que aponta um fato que ocasiona o registro de uma despesa cujo fato gerador é o aumento do valor das obrigações de uma companhia.

- a) Distribuição de dividendos obrigatórios.
- b) Valorização do real em relação ao dólar quando as obrigações decorrem de empréstimos contraídos em dólar.
- c) Emissão de debêntures com custos de transação.
- d) Desvalorização do real em relação ao dólar quando as obrigações decorrem de empréstimos contraídos em dólar.
- e) Registro de perdas estimadas decorrentes do teste de recuperabilidade.

64. Marque a alternativa que aponta um item que fará parte do valor do imobilizado como custo diretamente atribuível:

- a) preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- b) custos de abertura de nova instalação.
- c) honorários profissionais.
- d) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.
- e) custos incorridos na introdução de novo produto ou serviço.

65. Marque a alternativa que apresenta um item que aparece, na demonstração dos fluxos de caixa, no fluxo de caixa de investimentos:

- a) recebimentos de caixa decorrentes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas.
- b) recebimentos e pagamentos de caixa por seguradora de prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice.
- c) recebimentos de caixa pela liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros.
- d) caixa recebido pela emissão de ações ou outros instrumentos patrimoniais.
- e) pagamentos em caixa a investidores para adquirir ou resgatar ações da entidade.

66. Marque a alternativa que aponta o ativo que, de acordo com a legislação societária, deve ser avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior

- a) Propriedades para investimentos
- b) Matéria-prima
- c) Imobilizado
- d) Intangível
- e) Demais investimentos

67. De acordo com o CPC 00, que trata da Estrutura Conceitual, o custo histórico de ativo é atualizado ao longo do tempo para refletir, exceto:

- a) o desconto incondicional obtido em uma aquisição envolvendo uma grande quantidade de mercadorias;
- b) o consumo da totalidade ou parte do recurso econômico que constitui o ativo (depreciação ou amortização);
- c) pagamentos recebidos que extinguem a totalidade ou parte do ativo;

d) o efeito de eventos que fazem com que a totalidade ou parte do custo histórico do ativo não seja mais recuperável (redução ao valor recuperável);

- e) provisão de juros para refletir qualquer componente de financiamento do ativo.

68. O ICMS incidente sobre a compra de mercadoria em uma empresa comercial gera, para a empresa compradora, o registro de um(a):

- a) Crédito da empresa frente ao fisco estadual.
- b) Direito mensurado pelo valor justo.
- c) Débito da empresa em relação à administração tributária
- d) Aumento do passivo oneroso.
- e) Conta de proprietário.

69. A empresa MAVIFOR vende produtos com uma garantia anual para seus produtos vendidos. A experiência passada da empresa e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 40% apresentarão defeitos menores e 10% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 40.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 70.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se as informações apresentadas, o valor esperado do custo das reparações que a empresa reconhecerá como provisão será:

- a) R\$ 7.000,00
- b) R\$ 20.000,00
- c) R\$ 16.000,00
- d) R\$ 23.000,00
- e) R\$ 1.100.000,00

70. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 100.000
- imposto de renda – R\$ 20.000
- amortização – R\$ 10.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 5.000
- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 12.000, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 14.000, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- a) R\$ 75.000,00.
- b) R\$ 97.000,00.
- c) R\$ 100.000,00.
- d) R\$ 102.000,00.
- e) R\$ 107.000,00.

71. Apurando custos e estoques a cada mês, a empresa MAVIFOR Comercial S/A processou os cálculos do mês de setembro de 2020 a partir dos seguintes dados:

- Estoque inicial avaliado em R\$ 2.200,00.
- Compras de 100 unidades ao preço unitário de R\$ 25,00.
- Vendas de 72 unidades ao preço unitário de R\$ 30,00.
- IPI sobre compras a 8%.
- ICMS sobre compras a 12%.
- ICMS sobre vendas a 17%.
- Devolução de vendas no valor de R\$ 360,00.
- Estoques avaliados pelo critério UEPS.

- Estoque inicial mensurado em 110,00 unidades.
- Todas as operações do período foram realizadas a prazo.

Considerando as informações apresentadas, a empresa apresentará um estoque final no montante de:

- a) R\$ 3.000,00
- b) R\$ 3.160,00
- c) R\$ 3.300,00
- d) R\$ 3.400,00
- e) R\$ 3.600,00

72. Ao atualizar a escrituração das contas de resultado, que estavam contabilizadas de acordo com o regime contábil de caixa, a empresa MAVIFOR S/A verificou que havia:

- despesas pagas, mas não vencidas, no valor de R\$ 400,00;
- receitas recebidas, mas não vencidas, no valor de R\$ 380,00;
- despesas vencidas, mas não pagas, no valor de R\$ 250,00; e
- receitas vencidas, mas não recebidas, no valor de R\$ 530,00.

Ao ajustar o resultado aos ditames do princípio contábil de competência, o lucro do exercício, certamente, será aumentado em

- a) R\$ 100,00.
- b) R\$ 260,00.
- c) R\$ 280,00.
- d) R\$ 300,00.
- e) R\$ 470,00.

73. A empresa MAVIFOR S.A. apresentou, em 31 de dezembro de 2019, o total do Patrimônio Líquido no valor de R\$ 100.000,00. Durante o ano de 2020, a empresa apresentou as seguintes movimentações no seu Patrimônio Líquido:

Integralização de capital em dinheiro	R\$ 10.000,00
Aumento de capital com reservas	R\$ 2.000,00
Lucro Líquido do Período	R\$ 40.000,00
Constituição de reserva legal	R\$ 2.000,00
Reversão de reserva para contingência	R\$ 500,00
Destinação do lucro para dividendos obrigatórios ...	R\$ 20.000,00
Registro de dividendos adicionais propostos	R\$ 16.500,00
Aquisição de ações em tesouraria	R\$ 5.000,00

O total do Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. em 31 de dezembro de 2020 foi de:

- a) R\$ 125.000,00.
- b) R\$ 135.000,00.
- c) R\$ 120.000,00.
- d) R\$ 130.000,00.
- e) R\$ 125.500,00.

74. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 200.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 400.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 20.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 16.200,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de

- a) R\$ 145.800,00.
- b) R\$ 345.800,00.
- c) R\$ 343.800,00.
- d) R\$ 200.000,00.
- e) R\$ 745.800,00.

75. Marque a alternativa incorreta:

- a) O lucro ou prejuízo apurado na Demonstração do Resultado do Exercício é também conhecido como lucro dos acionistas.
- b) A Demonstração do Resultado do Exercício evidencia as origens de recursos que ampliam a folga financeira de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem essa folga.
- c) O relatório da administração não faz parte das demonstrações contábeis.
- d) A Demonstração do Valor Adicionado não faz parte das demonstrações obrigatórias previstas nas normas internacionais de contabilidade.
- e) As demonstrações contábeis são sempre de responsabilidade da administração da empresa.

76. Em 02/01/2024, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 500.000 com vencimento em 31/12/2029. No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2024, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 05/01/2025, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2024.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

77. Sobre a Lei 6.404/1976, marque a alternativa correta.

- a) No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- c) Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.
- d) O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço líquido de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos e demais despesas necessárias para a venda, e a margem de lucro.
- e) O valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação pode ser o valor justo de instrumentos financeiros.

78. A Cia. MAVIFOR apresentava o seguinte balanço patrimonial em 31/12/2025:

Caixa	1.500	Fornecedores	900
Terrenos	800	Capital Social	1.000
		Reserva Estatutária	400
Ativo Total	2.300	Passivo + PL	2.300

Na data, o capital social era constituído por 1.000 ações com valor nominal de R\$ 1,00.

Em 2026, houve a necessidade da companhia adquirir ações de sua própria emissão. Qual o valor máximo que ela poderia adquirir?

- a) R\$ 400,00
- b) R\$ 1.000,00
- c) R\$ 1.400,00
- d) R\$ 1.500,00
- e) R\$ 2.300,00

79. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2025. Logo, o custo das mercadorias vendidas terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- a) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
- b) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- c) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- d) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
- e) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.

80. Uma empresa comercial optante pelo lucro real teve em determinado mês um estoque inicial no valor de R\$ 100.000,00, correspondente a 20 unidades de camisas.

Ela adquiriu, nesse mês, mais 30 unidades, no valor total de R\$ 180.000,00.

A operação teve destaque de 18% de ICMS.

Na situação hipotética anterior, considerando-se a legislação vigente, o valor do estoque disponível para revenda no mês considerado é de

- a) R\$ 230.950,00.
- b) R\$ 241.030,00.
- c) R\$ 280.000,00.
- d) R\$ 233.947,00.
- e) R\$ 247.600,00.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES**HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE***Marco Túlio*

81. Sobre a capitania donatária conhecida como “Terra dos Potiguara”, concedida a João de Barros em 1535, analise as afirmações a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) João de Barros conquistou e colonizou com sucesso a Terra dos Potiguara, graças à aliança com os indígenas locais, que garantiram a exploração econômica da região, especialmente do pau-brasil e de metais preciosos encontrados no território.
- b) O fracasso das expedições lideradas por Aires da Cunha e pelos filhos de João de Barros foi causado por naufrágios, e não por conflitos com os povos indígenas, que à época já haviam abandonado a região litorânea do Nordeste.
- c) João de Barros jamais reivindicou os direitos sobre sua capitania e vendeu-a pouco tempo depois da doação, não havendo registros de qualquer tipo de exploração econômica ou jurídica vinculada ao território do atual Rio Grande do Norte.
- d) A resistência dos Potiguara impediu a efetiva conquista da capitania, mas João de Barros lucrou com a venda de licenças para a exploração de recursos como pau-brasil e búzios, mantendo oficialmente o controle do território por décadas.
- e) Após conquistar a Terra dos Potiguara, João de Barros transformou a capitania em centro comercial com a África Ocidental, sendo o principal ponto de escoamento de mercadorias, e seu filho Jerônimo fundou a cidade de Natal no século XVI.

82. No final do século XVII, a expansão da atividade pecuária no sertão da capitania do Rio Grande provocou diversos conflitos entre colonos e povos indígenas. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- a) Acordos de paz como o firmado pelos Ariú Pequeno em 1697 asseguraram aos indígenas a liberdade, manutenção de terras e evitaram a escravidão,

desde que se reconhecessem vassalos da Coroa portuguesa.

- b) O rei Peca declarou oficialmente guerra à Coroa portuguesa em 1697, visando expulsar todos os luso-brasileiros dos sertões do Rio Grande com apoio dos holandeses e franceses.
- c) O acordo entre os Ariú e a Coroa condicionou a liberdade indígena à total submissão religiosa e proibição de qualquer prática cultural tradicional dos povos originários.
- d) A resistência indígena no Rio Grande do Norte foi facilmente vencida pelos colonos porque os indígenas não utilizavam nem cavalos nem armas de fogo em suas estratégias de combate.
- e) Antes de firmar o acordo de paz, os Ariú Pequeno já haviam abandonado suas terras e migrado para regiões costeiras devido à inexistência de conflitos com colonizadores.

83. Durante o período colonial, a economia da Capitania do Rio Grande do Norte destacava-se pelas atividades que garantiam a movimentação interna e regional de mercadorias, e a Provedoria da Fazenda Real desempenhou papel essencial na arrecadação de tributos. Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A principal fonte de arrecadação da Provedoria era o imposto sobre escravos, já que a capitania dependia essencialmente da mão de obra africana para as grandes lavouras de açúcar.
- b) A produção de sal, localizada na região da Costa Branca, era uma das atividades econômicas de interesse para a Coroa portuguesa e contribuía com os dízimos reais.
- c) A Provedoria do Ceará arrecadava tributos também da Capitania do Rio Grande até a criação de sua própria sede fiscal em 1723.
- d) A atividade econômica predominante era a produção de açúcar, exportado principalmente para Portugal, e regulada pela Câmara de Natal.
- e) A arrecadação fiscal baseava-se na extração de pau-brasil e no comércio de escravos indígenas para as capitâncias do Sul.

84. Em 30 de setembro de 1883, a cidade de Mossoró destacou-se pela libertação de todos os seus escravizados, cinco anos antes da promulgação da Lei Áurea. A respeito da mobilização abolicionista na região, assinale a alternativa correta.

- a) A Sociedade Libertadora Mossoroense era formada majoritariamente por setores populares que organizavam fugas e combates contra capitães do mato, sendo considerada a ala mais radical do movimento.
- b) O Clube dos Spartacus foi responsável por diversas ações práticas de resistência, como resgates de cativos, organização de fugas e disfarces estratégicos para transporte até o Ceará.
- c) A principal liderança do movimento abolicionista em Mossoró foi o jangadeiro Francisco José do Nascimento, responsável pela paralisação do tráfico interprovincial de escravizados.
- d) A elite mossoroense foi amplamente contrária ao movimento abolicionista, tendo boicotado os esforços da Sociedade Libertadora e do Clube dos Spartacus.
- e) O movimento abolicionista em Mossoró permaneceu voltado a ações pacíficas e jurídicas, deslegitimando as ações violentas e as insurreições escravistas.

85. Em 30 de agosto de 1875, ocorreu em Mossoró um dos protestos mais simbólicos da história do Brasil imperial: o Motim das Mulheres. Com base nesse contexto histórico, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- a) O motim de Mossoró foi um movimento isolado, sem relação com outros protestos semelhantes ocorridos na província ou no Brasil no mesmo período.
- b) Ana Floriano, líder do movimento, era uma mulher anônima, e seu nome só foi conhecido muitos anos após o motim por meio de registros oficiais do Império.
- c) A reação das autoridades buscou minimizar o impacto do motim, reduzindo o número de

participantes e deslegitimando a mobilização como fruto de má influência masculina.

- d) O Motim das Mulheres foi amplamente apoiado pela imprensa local, especialmente pelo jornal O Mossoroense, que cedeu espaço para divulgação dos protestos.
- e) A resistência feminina foi posteriormente ignorada pela memória local, sendo apagada dos registros históricos e museológicos da cidade.

86. A grande seca de 1877 provocou graves impactos no Rio Grande do Norte, exigindo respostas emergenciais por parte do Estado imperial. Os chamados socorros públicos foram ativados para minimizar os efeitos da calamidade, com a participação de autoridades e representantes locais. Sobre o funcionamento e os desafios dessa política pública no contexto da seca, assinale a alternativa correta.

- a) A distribuição de alimentos e medicamentos era organizada pelas comissões de socorro, sendo os gêneros transportados até o interior por ferrovias já instaladas na província.
- b) A Constituição de 1824 previa explicitamente a obrigação do Estado em atender todas as pessoas em calamidade, sem distinções ou critérios para recebimento de auxílio.
- c) Os presidentes de província relatavam dificuldades para vacinar a população contra a varíola, sendo comum a resistência popular e a sugestão da obrigatoriedade da imunização.
- d) A atuação das comissões de socorro foi marcada pela total eficiência e ausência de conflitos, com rápida contenção da fome e controle das epidemias.
- e) Os alimentos distribuídos incluíam frutas e legumes para manter uma dieta equilibrada, o que evitou doenças como beribéri e escorbuto.

87. A cobertura jornalística do ataque de Lampião a Mossoró em 1927 não se limitou a narrar o conflito. Considerando a atuação da imprensa mossoroense no episódio, assinale a alternativa correta.

- a) A imprensa local destacou a resistência de Mossoró como exemplo da modernidade e da ruptura com o coronelismo, contrastando com a barbárie atribuída aos cangaceiros.
- b) A imprensa silenciou sobre a preparação defensiva da cidade, por considerar que tal atitude aumentaria o pânico entre os moradores e favoreceria os cangaceiros.
- c) As reportagens elogiaram a atuação dos cangaceiros, considerados vítimas de um sistema político excludente, sendo descritos como heróis populares do sertão.
- d) O prefeito Rodolfo Fernandes foi criticado pelos jornais por adotar uma postura conciliatória com Lampião antes do confronto, desmobilizando parte da população.
- e) A imprensa mossoroense preferiu manter neutralidade diante do ataque de Lampião, evitando adjetivações e posicionamentos políticos em suas publicações.

88. A Revolução de 1930 representou o encerramento da chamada República Oligárquica, iniciando o período conhecido como Era Vargas. Acerca das particularidades desse processo no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) A oposição potiguar foi liderada principalmente por militares ligados ao tenentismo, que controlaram sindicatos, organizaram greves e conquistaram maioria eleitoral ainda antes de 1930, derrotando o situacionismo nas urnas de forma pacífica.
- b) O governo de Juvenal Lamartine reprimiu duramente a oposição, fechando jornais, sindicatos e promovendo perseguições políticas, inclusive levando Café Filho e outras lideranças ao exílio, o que dificultou a atuação oposicionista na década de 1920.
- c) A vitória da Aliança Liberal no Rio Grande do Norte em 1930 ocorreu por meio de ampla maioria eleitoral obtida por Vargas no estado, demonstrando o enfraquecimento completo das oligarquias regionais antes mesmo do movimento armado.
- d) Após a fuga de Lamartine, o poder foi imediatamente entregue a Café Filho, que assumiu como governador provisório e implantou um governo alinhado exclusivamente às propostas tenentistas até a chegada das forças militares federais.
- e) O impasse político após a queda do governo estadual foi resolvido com a escolha consensual do desembargador Silvino Bezerra como governador definitivo, apoiado tanto pelos cafeístas quanto pelos dissidentes do Seridó.

89. Durante a Segunda Guerra Mundial, o litoral nordestino brasileiro foi considerado estratégico para o esforço de guerra dos Aliados, devido ao controle do Oceano Atlântico e à defesa do continente americano. A respeito dos efeitos do conflito para o território brasileiro, considere a alternativa correta.

- a) O Brasil manteve sua neutralidade durante toda a Segunda Guerra Mundial, recusando qualquer colaboração com os Estados Unidos ou os Aliados, inclusive no Nordeste.
- b) Diante do caráter nacionalista do governo Vargas, a construção e ampliação de bases aéreas e navais no Nordeste brasileiro ocorreu apenas com a utilização de técnicos ou militares brasileiros.
- c) A presença estadunidense em Natal e no litoral nordestino contribuiu para a defesa do continente americano e o controle do Atlântico, sendo o Parnamirim Field uma das bases mais importantes no esforço de guerra aliado.
- d) A cidade de Natal não possuía qualquer infraestrutura urbana ou população significativa antes da chegada dos militares norte-americanos, sendo um vilarejo sem importância no contexto da guerra.
- e) A imprensa brasileira noticiou livremente todos os problemas decorrentes da presença militar norte-americana no Nordeste.

90. O Rio Grande do Norte registra hoje a presença expressiva de populações tradicionais, destacando-se indígenas e quilombolas, cuja existência resistiu a longos períodos de apagamento histórico. Com base nesses dados, assinale a alternativa correta sobre as populações tradicionais potiguanas.

- a) A presença indígena no RN foi definitivamente extinta durante o período colonial e só recentemente foi “inventada” por pesquisadores, não havendo dados do Censo que comprovem sua existência.
- b) A maioria dos quilombolas no Rio Grande do Norte vive fora de territórios oficialmente delimitados, evidenciando desafios na efetivação de direitos territoriais reconhecidos pela Constituição.
- c) O estado é o primeiro no Brasil em número absoluto de indígenas Potiguara, superando inclusive a Paraíba, que aparece em segundo lugar no ranking nacional.
- d) Entre os grupos indígenas com mais de 100 autodeclarações no RN, o Guarani foi o mais numeroso, superando todos os outros grupos étnicos no estado.
- e) A titulação de terras quilombolas no RN não depende de certificação nem de processos burocráticos, pois a Constituição Federal de 1988 garante automaticamente a propriedade definitiva a todas as comunidades sem qualquer etapa de regularização.

ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE*Priscila Lima*

91. A economia potiguar combina atividades “clássicas” (agropecuária, pesca, extrativismos) com segmentos modernos (agronegócio irrigado, petróleo e energias renováveis). Considerando a lógica geográfica dessa especialização, assinale a alternativa correta.

- a) A agricultura de grãos em larga escala tornou-se a principal base do interior do RN porque o semiárido oferece estabilidade climática anual e solos profundos, reduzindo a necessidade de irrigação.
- b) A fruticultura irrigada (com destaque para o melão) consolidou-se como estratégia competitiva no semiárido ao combinar baixa pluviosidade com acesso a água subterrânea por poços, viabilizando produção voltada a mercados externos.
- c) A expansão da fruticultura irrigada é limitada no RN porque depende de elevada pluviosidade e de rios perenes, típicos de climas úmidos tropicais.
- d) A pecuária potiguar é predominantemente intensiva e litorânea, orientada por pastagens naturais perenes e elevada umidade do litoral oriental.
- e) A estrutura produtiva do RN é espacialmente homogênea: a mesma combinação de atividades ocorre com intensidade semelhante do litoral ao sertão.

92. O impacto do tarifaço americano em exportações de sal marinho e pescado

No Rio Grande do Norte, o tarifaço ameaça as exportações de sal marinho e pescado. Os Estados Unidos respondem por **47% de todos os negócios** que a indústria salineira do Rio Grande do Norte tem com o exterior, destino que vai deixar de ser viável com a sobretaxa de 50%.

(...)

O **Rio Grande do Norte produz 98% do sal marinho do Brasil**. De acordo com empresários do setor, 4 mil empregos diretos estão em risco se novas rotas de exportação não forem firmadas.

(Fonte: Jornal Nacional 05/08/2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/08/05/o-impacto-do-tarifaco-americano-em-exportacoes-de-sal-marinho-e-pescado.ghtml>)

A produção de sal marinho é uma commodity estruturante no RN. Considerando a cadeia produtiva e os fatores físico-ambientais que tornam a atividade competitiva, assinale a alternativa correta.

- a) A produtividade salineira é maior em áreas de alta pluviosidade porque a maior disponibilidade de água acelera a cristalização do sal.
- b) A produção depende de solo impermeável (gipsita) e de elevada evaporação; a baixa pluviosidade e ventos associados a sistemas atmosféricos regionais criam ambiente eficiente para salinização no litoral setentrional.
- c) A atividade exige solos altamente permeáveis para drenar rapidamente a água e impedir a formação de crostas salinas.
- d) A presença de manguezais inviabiliza salinas, pois sedimentos fluviomarinhas aumentam a infiltração e reduzem a eficiência do processo de evaporação.
- e) O sal potiguar é economicamente relevante apenas por atender ao consumo local, tendo pouca inserção logística no comércio inter-regional.

93. Governo quer lançar diretrizes de logística transporte no Brasil para os próximos 25 anos

O governo está trabalhando num novo Plano Nacional de Logística. A intenção é projetar para 2050 as diretrizes dos transportes e da forma de locomoção e logística brasileiros.

Otto Luiz Burlier é secretário nacional de hidrovias e navegação, pasta que foi criada em abril do ano passado. Ele diz que o objetivo do documento é identificar quais são as prioridades do país no setor e conscientizar as pessoas sobre a importância do transporte hidroviário.

Fonte: CBN - *Leopoldo Rosa* — São Paulo 10/12/2025.

Disponível em:
<https://cbn.globo.com/brasil/noticia/2025/12/10/governo-quer-lancar-diretrizes-de-logistica-transporte-no-brasil-para-os-proximos-25-anos.ghtml>

A competitividade das cadeias do sal e do agronegócio irrigado no RN não depende apenas da produção, mas também da logística e da capacidade de captura de valor agregado. Assinale a alternativa correta.

- a) O Porto de Natal é o principal hub de escoamento do sal bruto potiguar para o Sul e Sudeste, enquanto o Porto-Ilha se especializa no melão exportado em contêineres.
- b) A exportação do sal industrializado via Pecém aumenta a arrecadação potiguar, pois transfere a movimentação portuária para um terminal mais moderno, elevando automaticamente a receita do RN.
- c) A inexistência de portos funcionais no RN obriga toda exportação do estado a sair por Suape (PE), eliminando vantagens logísticas regionais.
- d) A falta de infraestrutura de contêineres em Natal afeta apenas o turismo, não tendo relação com exportação de commodities.
- e) O Porto de Natal concentra principalmente a exportação do melão (aprox. 90% das transações do terminal), enquanto o Porto-Ilha (Areia Branca) se especializa no transporte de sal em estado

bruto; a limitação de contêineres em Natal desloca o sal industrializado para o Pecém (CE), reduzindo arrecadação local.

94. A expansão da energia eólica alterou o panorama econômico do Rio Grande do Norte, com impactos sobre investimento, infraestrutura e uso do território. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) O alto rendimento eólico do RN decorre da intensidade e constância dos ventos, podendo alcançar eficiência de até 50%, acima da média mundial (20%–25%), o que reposiciona o estado como liderança nacional em renováveis.
- b) A geração eólica no RN tem desempenho inferior à média mundial porque a proximidade do Equador reduz a circulação atmosférica regional e enfraquece os ventos.
- c) A energia eólica no RN é dependente de grande disponibilidade hídrica para resfriamento das turbinas, o que limita sua expansão no semiárido.
- d) Por ser renovável, a expansão eólica não produz conflitos territoriais, pois não compete com outros usos do solo.
- e) A energia eólica substituiu o papel do petróleo na economia potiguar, tornando a cadeia de hidrocarbonetos residual e irrelevante.

95. A expansão da energia eólica no Rio Grande do Norte tem sido tratada como vetor de transformação econômica. Para além do “volume gerado”, a atividade altera a geografia da renda (arrendamentos), a estrutura de investimentos (CAPEX), a infraestrutura territorial (linhas e estradas) e a inserção do estado em redes nacionais. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O principal determinante do êxito eólico do RN é a abundância de recursos hídricos, pois turbinas eólicas demandam água em grandes volumes para refrigeração e, por isso, preferem áreas úmidas.
- b) A eficiência eólica do RN é inferior ao padrão global, razão pela qual o setor se sustenta predominantemente por subsídios permanentes, sem vantagem comparativa natural.
- c) O elevado desempenho eólico potiguar decorre principalmente de barreiras montanhosas do interior, que canalizam ventos orográficos; por isso, o litoral tem papel secundário na geração.
- d) O RN apresenta eficiência eólica significativamente superior à média mundial, explicada por ventos intensos e constantes e por fatores climáticos litorâneos (como ausência de barreiras), o que reforça sua competitividade e atratividade de investimentos.
- e) A energia eólica no RN não depende de integração ao sistema elétrico, pois é consumida localmente; logo, linhas de transmissão e reforços de rede são irrelevantes.

96. O sal marinho é uma das commodities estruturantes do RN e exemplifica uma vantagem comparativa que nasce da interação entre clima, dinâmica atmosférica e características geológicas do litoral setentrional. Considerando os fatores que explicam a produtividade salineira potiguar, assinale a alternativa correta.

- a) A produção de sal marinho no litoral setentrional do RN é favorecida por solo impermeável (gipsita), clima quente, alta evaporação e baixa pluviosidade, além da atuação de fenômenos atmosféricos (ZCIT, alísios e VCAS) que potencializam a evaporação e a formação de cristais.
- b) A elevada pluviosidade do litoral setentrional é a variável-chave, pois acelera a renovação da água nas salinas e amplia o volume de cristalização.
- c) A eficiência salineira depende essencialmente de solos permeáveis, que drenam a água e reduzem o tempo de exposição; por isso, ambientes com infiltração elevada são os mais produtivos.
- d) Manguezais inviabilizam a produção de sal, pois sedimentos fluviomarinhos tornam o solo mais permeável e dificultam a manutenção de tanques evaporadores.
- e) A liderança potiguar na produção de sal decorre exclusivamente de incentivos fiscais modernos, não havendo relação relevante com fatores naturais.

97. No comércio exterior e na circulação inter-regional, não basta produzir: é preciso escoar com custo competitivo e capturar valor local. No RN, a logística portuária influencia diretamente quais segmentos da cadeia ficam no estado (e, portanto, quais bases de arrecadação e serviços se consolidam). À luz disso, assinale a alternativa correta.

A produção de petróleo no RN não deve ser analisada apenas pelo volume extraído, mas também pelos seus efeitos distributivos: royalties, renda fundiária e impactos sobre receitas locais. Além disso, mudanças no modelo de exploração e investimentos podem reconfigurar o futuro da cadeia produtiva. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) Royalties pagos a proprietários de terra são irrelevantes no RN, pois a renda do petróleo se concentra exclusivamente em empresas e no governo federal.
- b) A participação de proprietários de terra na renda petrolífera é residual e não possui expressão nacional comparativa.
- c) A política recente de concessão de campos maduros e gasodutos aumenta a previsibilidade de investimentos no RN e elimina incertezas sobre modernização da cadeia.
- d) A renda petrolífera no RN não produz efeitos territoriais, pois se limita a transferências fiscais sem impactos sobre proprietários e municípios.
- e) A atividade petrolífera no RN gera impactos sociais e territoriais, com emprego e royalties; dados indicam beneficiários proprietários de terra e montantes relevantes, enquanto o futuro do setor é incerto diante de mudanças na política de exploração.

98. Infraestrutura energética pode atuar como política econômica territorial, reduzindo custos, criando encadeamentos produtivos e ampliando competitividade setorial. No RN, a conexão entre petróleo/gás e a indústria salineira é um exemplo de integração entre recursos naturais e estrutura produtiva regional. Assinale a alternativa correta.

- a) O “Polo Gás Sal” foi concebido exclusivamente para consumo residencial urbano em Natal, sem relação com polos produtivos do interior.
- b) O projeto “Polo Gás Sal” prevê gasoduto entre Mossoró e Areia Branca, com potencial de impulsionar a economia local e setores como o Polo Costa Branca e a indústria salineira, ao ampliar capacidade de escoamento/atendimento energético.
- c) Por se tratar de gasoduto, o projeto não possui qualquer efeito econômico regional, restringindo-se à engenharia de transporte sem impacto setorial.
- d) O gasoduto elimina a necessidade de logística portuária para o sal, tornando os portos estruturalmente irrelevantes para a competitividade salineira.
- e) O projeto indica retração do setor energético, pois reduz investimentos e confirma abandono da infraestrutura de gás no estado.

99. A produção de melão no RN é frequentemente citada como exemplo de modernização agrícola em ambiente semiárido, combinando vantagens climáticas (baixa pluviosidade) com tecnologia (irrigação). Esse arranjo traz competitividade, mas também expõe vulnerabilidades associadas à água e aos custos de infraestrutura. Assinale a alternativa correta.

- a) O cultivo do melão no RN ocorre majoritariamente em regiões de baixa precipitação e depende de irrigação sustentada por poços artesianos e aproveitamento do lençol freático, o que viabiliza produção mesmo em áreas áridas.
- b) A produção de melão é típica de áreas de alta pluviosidade, pois a irrigação é dispensável; o principal limitante no RN é o excesso de insolação.
- c) A fruticultura do melão é inviável em clima semiárido, já que o lençol freático não pode ser utilizado para fins agrícolas por restrições hidrogeológicas.
- d) O melão tem pouca relevância logística no RN e não se conecta aos portos do estado, pois é destinado quase totalmente ao consumo local.
- e) O cultivo do melão se mantém competitivo no RN sem custos energéticos relevantes, pois a irrigação prescinde de bombeamento e infraestrutura.

100. A dinâmica petrolífera no Rio Grande do Norte combina elementos geológicos (bacias sedimentares), aspectos de economia regional (cadeias produtivas locais e empregos), dimensões distributivas (royalties e renda fundiária) e fatores de risco (maturidade de campos e mudanças de estratégia empresarial). Em uma leitura de finanças públicas, isso implica avaliar não apenas o volume produzido, mas a estabilidade do fluxo de receitas, o grau de enraizamento territorial da cadeia e as vulnerabilidades associadas à reconfiguração do setor. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A renda petrolífera no RN é economicamente neutra para os municípios, pois royalties não alteram capacidade fiscal local e não afetam decisões de investimento público.
- b) A exploração petrolífera no RN depende principalmente de variáveis climáticas atuais (pluviosidade e temperatura), que determinam a geração de hidrocarbonetos e, por isso, o interior semiárido é estruturalmente desfavorável ao setor.
- c) A maturidade de campos e mudanças no arranjo de exploração (como transferência de ativos) podem aumentar a incerteza sobre investimentos e infraestrutura, afetando previsibilidade de receitas e encadeamentos econômicos no território.
- d) A cadeia do petróleo no RN produz apenas efeitos empresariais privados, sem distribuição territorial de renda a proprietários ou impacto relevante sobre a economia regional.
- e) A produção potiguar é típica de escudos cristalinos antigos, nos quais rochas metamórficas concentram hidrocarbonetos em veios e fraturas, tornando bacias sedimentares irrelevantes.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

101. De acordo com as normas brasileiras de auditoria aplicáveis à auditoria independente de demonstrações contábeis, é correto afirmar que:

- a) o objetivo da auditoria é assegurar, de forma absoluta, que as demonstrações contábeis estejam livres de quaisquer distorções, independentemente de sua relevância.
- b) a confiança dos usuários nas demonstrações contábeis é aumentada quando o auditor expressa opinião sobre a adequação da apresentação das demonstrações, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- c) a auditoria tem por finalidade certificar a correção individual de cada transação registrada pela entidade auditada.
- d) o auditor expressa opinião exclusivamente sobre a eficiência dos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações contábeis.
- e) a auditoria substitui os mecanismos de governança corporativa ao validar integralmente as decisões da administração.

102. À luz das NBCs TA, no que se refere às responsabilidades da administração e dos responsáveis pela governança no contexto da auditoria das demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta:

- a) as normas de auditoria transferem ao auditor a responsabilidade primária pela elaboração das demonstrações contábeis.
- b) a auditoria realizada em conformidade com as NBCs TA isenta a administração e os responsáveis pela governança de suas responsabilidades legais.
- c) as NBCs TA se sobrepõem às leis e regulamentos que disciplinam as responsabilidades da administração e da governança.
- d) a auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando aplicável, os responsáveis pela governança possuem responsabilidades fundamentais para a condução do trabalho.

e) as demonstrações contábeis auditadas são elaboradas sob responsabilidade direta do auditor independente.

103. Nos termos das NBCs TA, quando não for possível obter segurança razoável e a opinião com ressalva for insuficiente para atender aos usuários previstos das demonstrações contábeis, o auditor deve:

- a) emitir opinião adversa em qualquer circunstância.
- b) comunicar a limitação apenas à administração, sem reflexos no relatório.
- c) abster-se de emitir opinião ou renunciar ao trabalho, quando a renúncia for legalmente possível.
- d) emitir relatório sem modificação, desde que as distorções não sejam generalizadas.
- e) limitar o escopo do relatório às áreas não afetadas.

104. Durante a execução de uma auditoria das demonstrações contábeis, o auditor identifica que determinada evidência documental corrobora um valor relevante apresentado pela administração. Contudo, essa evidência é isolada, de natureza suscetível de fraude, e contradiz outros indícios obtidos ao longo dos trabalhos. No contexto das NBCs TA, é correto afirmar que o auditor deve

- a) aceitar a evidência documental apresentada, uma vez que documentos formais possuem presunção de confiabilidade.
- b) desconsiderar automaticamente a evidência contraditória, priorizando aquela obtida diretamente junto à administração.
- c) limitar-se aos procedimentos mínimos exigidos pelas NBCs TA, uma vez que o cumprimento formal das normas afasta riscos relevantes.
- d) considerar suficiente a evidência obtida, desde que o valor não seja material individualmente.
- e) exercer ceticismo profissional, avaliando criticamente a suficiência e a adequação das evidências obtidas, podendo ser necessário ampliar os procedimentos de auditoria.

105. A respeito da evidência de auditoria, nos termos das normas brasileiras de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A evidência de auditoria é obtida exclusivamente a partir dos procedimentos aplicados na auditoria corrente, sendo vedada a utilização de informações oriundas de auditorias anteriores.
- b) Apenas informações que corroboram as afirmações da administração podem ser consideradas evidência de auditoria válida.
- c) A recusa da administração em fornecer representações solicitadas não pode ser considerada evidência de auditoria, por se tratar de ausência de informação.
- d) A evidência de auditoria possui natureza cumulativa e pode incluir informações obtidas de outras fontes, inclusive auditorias anteriores, desde que avaliadas quanto à sua relevância para a auditoria corrente.
- e) Registros contábeis da entidade não constituem fonte relevante de evidência de auditoria, devendo o auditor priorizar exclusivamente evidências externas.

106. No que se refere à suficiência e à adequação da evidência de auditoria, assinale a alternativa correta, conforme as normas de auditoria.

- a) A suficiência da evidência de auditoria está relacionada à sua relevância e confiabilidade.
- b) Quanto maior o risco de distorção avaliado pelo auditor, menor será a quantidade de evidência necessária.
- c) A obtenção de maior quantidade de evidência de auditoria sempre compensa eventual deficiência de qualidade dessa evidência.
- d) A adequação da evidência de auditoria refere-se à sua qualidade, compreendendo a relevância e a confiabilidade no suporte às conclusões do auditor.
- e) A determinação de que a evidência obtida é suficiente e apropriada independe do julgamento profissional do auditor, por estar objetivamente definida na NBC TA 500.

107. No que diz respeito ao risco de detecção e às limitações inerentes da auditoria, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O risco de detecção pode ser eliminado mediante planejamento adequado, aplicação de ceticismo profissional e supervisão eficaz dos trabalhos.
- b) As limitações inerentes da auditoria decorrem exclusivamente da natureza das informações contábeis utilizadas como evidência.
- c) O auditor é obrigado a reduzir o risco de auditoria a zero quando aplica procedimentos substantivos extensos e detalhados.
- d) A maior parte das evidências de auditoria é conclusiva, o que permite ao auditor obter segurança absoluta sobre as demonstrações contábeis.
- e) O risco de detecção pode ser reduzido, mas não eliminado, em razão das limitações inerentes da auditoria, sendo as evidências, em regra, persuasivas e não conclusivas.

108. Antes da aceitação de um trabalho de auditoria independente, o auditor identifica que a administração da entidade, com anuência dos responsáveis pela governança, pretende impor uma limitação significativa no alcance dos procedimentos de auditoria, de tal forma que, desde logo, o auditor conclui que tal limitação inevitavelmente resultaria na emissão de relatório com abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis. Segundo as normas brasileiras de auditoria, nessa situação, o auditor deverá:

- a) aceitar o trabalho, desde que evidencie a limitação no alcance na seção “Base para Opinião” do relatório.
- b) aceitar o trabalho, classificando-o como trabalho de asseguração limitada.
- c) aceitar o trabalho apenas se a administração assumir formalmente a responsabilidade pela limitação imposta.
- d) não aceitar o trabalho como auditoria, salvo se a aceitação for exigida por lei ou regulamento.
- e) aceitar o trabalho e emitir, ao final, opinião com ressalva em razão da limitação imposta.

109. No que se refere ao registro dos procedimentos de auditoria executados e ao tratamento de informações inconsistentes com a conclusão final do auditor, assinale a alternativa correta:

- a) o auditor deve registrar apenas quem executou o trabalho, sendo facultativo documentar quem revisou e a data da revisão.
- b) a documentação deve conter apenas a identificação dos itens testados, sendo dispensável o registro das datas de execução e revisão.
- c) caso existam informações inconsistentes com a conclusão final, o auditor deve descartá-las, não sendo necessário documentar seu tratamento.
- d) o auditor deve documentar quem executou o trabalho, quem o revisou, as respectivas datas, bem como como tratou informações inconsistentes com sua conclusão final.
- e) discussões com a administração e com os responsáveis pela governança só devem ser documentadas se resultarem em ajustes nas demonstrações contábeis.

110. Em relação ao não atendimento de exigência relevante de uma norma de auditoria, em circunstâncias excepcionais, assinale a alternativa correta, de acordo com as NBC TA:

- a) O auditor pode deixar de atender a um requisito relevante da norma, desde que comunique o fato aos responsáveis pela governança, sendo dispensada a documentação dos procedimentos alternativos adotados.
- b) O não atendimento de um requisito relevante da norma invalida automaticamente o trabalho de auditoria, exigindo a emissão de abstenção de opinião.
- c) Caso o auditor julgue necessário não atender a um requisito relevante da norma, ele deve documentar apenas as razões para o não atendimento, sendo facultativa a documentação dos procedimentos alternativos executados.
- d) Em circunstâncias excepcionais, ao não atender a um requisito relevante da norma, o auditor deve

documentar como os procedimentos alternativos executados cumprem a finalidade desse requisito, bem como as razões para o não atendimento.

- e) O auditor somente pode deixar de atender a um requisito relevante da norma quando houver impedimento legal expresso.

111. Acerca da montagem do arquivo final de auditoria e das modificações posteriores à sua conclusão, assinale a alternativa correta:

- a) Após a conclusão da montagem do arquivo final de auditoria, o auditor pode excluir documentos irrelevantes, desde que mantenha evidência suficiente e apropriada.
- b) A montagem do arquivo final de auditoria é um processo que pode ser realizado a qualquer tempo, desde que antes do encerramento do período de guarda da documentação.
- c) Após a montagem do arquivo final de auditoria, é vedada qualquer modificação ou acréscimo de documentação, independentemente da justificativa.
- d) O auditor deve montar tempestivamente o arquivo final após a data do relatório e, após sua conclusão, não pode apagar ou descartar documentação antes do fim do período de guarda; eventuais modificações ou acréscimos posteriores devem ser devidamente documentados quanto às razões, bem como quanto a quem e quando foram executados e revisados.
- e) A documentação adicionada após a montagem do arquivo final dispensa identificação do responsável pela revisão, desde que aprovada pela administração.

112. De acordo com a NBC TA 230, a forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria dependem, entre outros fatores,

- a) exclusivamente do julgamento profissional do auditor responsável pelo trabalho.
- b) apenas do porte da entidade e da metodologia de auditoria adotada.
- c) da natureza dos procedimentos de auditoria, dos riscos identificados de distorção relevante e da importância da evidência de auditoria obtida.
- d) do prazo legal de guarda da documentação e do tipo de relatório a ser emitido.
- e) unicamente da complexidade da entidade auditada e da extensão dos testes substantivos realizados.

113. De acordo com as normas brasileiras de auditoria, no que se refere às características da fraude, assinale a alternativa correta.

- a) A fraude e o erro se distinguem exclusivamente pelo impacto quantitativo da distorção identificada nas demonstrações contábeis.
- b) Para fins das normas de auditoria, o auditor está preocupado com qualquer fraude, ainda que não resulte em distorção relevante nas demonstrações contábeis.
- c) O fator distintivo entre fraude e erro está relacionado à intencionalidade da ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis.
- d) A identificação de distorção relevante decorrente de fraude impõe ao auditor o dever de estabelecer juridicamente a ocorrência da fraude.
- e) Apenas as distorções decorrentes de apropriação indébita de ativos são relevantes para o auditor, nos termos das normas de auditoria.

114. De acordo com a NBC TA 240 (R1), a ocorrência de fraude, seja por informações contábeis fraudulentas ou por apropriação indevida de ativos, pressupõe a presença simultânea de determinados fatores. Assinale a alternativa que corretamente identifica esses fatores.

- a) Incentivo ou pressão, oportunidade percebida e racionalização do ato.
- b) Incentivo, oportunidade percebida e falha relevante nos controles internos.
- c) Pressão externa, deficiência de controles e erro intencional.
- d) Oportunidade percebida, erro não intencional e julgamento inadequado.
- e) Pressão econômica, burla de controles e erro material.

115. Nos termos da NBC TA 240 (R1), assinale a alternativa que corretamente exemplifica técnicas utilizadas pela administração para perpetrar informações contábeis fraudulentas, inclusive mediante burla de controles.

- a) Alteração não intencional de premissas contábeis em razão de erro humano.
- b) Registro de lançamentos fictícios, especialmente no final do período contábil, para manipular resultados.
- c) Reclassificação contábil permitida pela estrutura de relatório financeiro aplicável.
- d) Divulgação ampliada de informações relevantes exigidas pela norma contábil.
- e) Reconhecimento tempestivo de eventos ocorridos no período correto

116. Quando o auditor identifica condições que o levem a acreditar que um documento pode não ser autêntico ou que seus termos tenham sido modificados sem divulgação, é correto afirmar que:

- a) O auditor deve autenticar pessoalmente o documento, pois a auditoria exige verificação formal da autenticidade documental.
- b) O auditor deve, necessariamente, emitir relatório com opinião modificada, independentemente de procedimentos adicionais.
- c) O auditor pode confirmar diretamente com terceiros ou recorrer a perito para avaliar a autenticidade do documento.
- d) O auditor deve limitar-se a discutir o assunto internamente com a equipe, sendo vedada a adoção de procedimentos externos.
- e) O auditor deve assumir a veracidade do documento, salvo prova inequívoca de falsificação.

117. Uma vez identificadas deficiências significativas de controle interno durante a auditoria, o auditor deve

- a) comunicá-las exclusivamente à administração, dispensando comunicação aos responsáveis pela governança.
- b) comunicá-las verbalmente aos responsáveis pela governança, sendo facultativa a comunicação por escrito.
- c) comunicar tempestivamente, por escrito, aos responsáveis pela governança, incluindo descrição das deficiências, seus possíveis efeitos e esclarecimentos sobre o escopo da auditoria.
- d) incluí-las automaticamente no relatório do auditor, como parágrafo específico.
- e) restringir a comunicação aos controles diretamente relacionados às distorções identificadas.

118. Constitui indicador de deficiência significativa de controle interno, segundo as normas de auditoria:

- a) Existência de controles compensatórios implementados após a data-base das demonstrações contábeis.
- b) Identificação de erro irrelevante, ainda que corrigido tempestivamente pela administração.
- c) Ausência de processo formal de avaliação de riscos, quando tal processo seria normalmente esperado.
- d) Existência de lançamentos não recorrentes devidamente revisados e aprovados.
- e) Comunicação tempestiva de deficiências anteriormente identificadas, acompanhada de plano de ação.

119. No início do trabalho de auditoria corrente, o auditor deve realizar determinadas atividades preliminares, conforme previsto nas normas de auditoria. À luz desse regramento, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O auditor deve realizar, no início do trabalho, apenas os procedimentos de controle de qualidade relacionados à aceitação e continuidade do cliente, sendo dispensável a avaliação de requisitos éticos quando se tratar de cliente recorrente.
- b) O entendimento dos termos do trabalho é atividade típica da fase de planejamento e prescinde de concordância formal, desde que haja relação contratual continuada entre auditor e entidade.
- c) Entre as atividades preliminares do trabalho de auditoria, inclui-se a avaliação da conformidade com os requisitos éticos, inclusive a independência, bem como o estabelecimento do entendimento dos termos do trabalho.
- d) As atividades preliminares do trabalho de auditoria restringem-se à definição da estratégia global e do plano de auditoria, não abrangendo aspectos éticos ou contratuais.
- e) A avaliação da independência do auditor somente é exigida após a conclusão dos procedimentos de avaliação de riscos.

120. De acordo com a NBC TA 315 (R2), os procedimentos de avaliação de riscos a serem executados pelo auditor devem abranger um conjunto mínimo de técnicas destinadas à obtenção de entendimento da entidade e de seu ambiente. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) Os procedimentos de avaliação de riscos restringem-se à aplicação de procedimentos analíticos, sendo vedada a utilização de observação e inspeção nessa fase da auditoria.
- b) As indagações realizadas pelo auditor, quando existentes, devem ser dirigidas exclusivamente à administração, sendo inadequado envolver indivíduos da função de auditoria interna.
- c) Os procedimentos de avaliação de riscos devem incluir, necessariamente, indagações à administração e a outros indivíduos apropriados da entidade, procedimentos analíticos e observação e inspeção.
- d) A observação e a inspeção somente podem ser realizadas após a identificação dos riscos de distorção relevante, como parte das respostas do auditor aos riscos avaliados.
- e) Os procedimentos analíticos, no contexto da avaliação de riscos, são facultativos e apenas complementares às indagações realizadas junto à administração.

121. A determinação da materialidade pelo auditor envolve julgamento profissional e pressupostos razoáveis acerca dos usuários das demonstrações contábeis. À luz das normas de auditoria, é correto afirmar que o auditor pode presumir que os usuários das demonstrações contábeis:

- a) possuem conhecimento técnico aprofundado em auditoria e dominam plenamente os métodos de mensuração contábil.
- b) tomam decisões econômicas sempre conservadoras, independentemente das incertezas inerentes às estimativas contábeis.
- c) compreendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade.

d) são responsáveis por avaliar e ajustar as distorções relevantes identificadas pelo auditor.

e) desconsideram julgamentos profissionais e estimativas na interpretação das informações financeiras.

122. Durante a execução do trabalho, o auditor toma conhecimento de informações que indicam que a materialidade inicialmente determinada deveria ter sido menor. Nessa situação, de acordo com as normas de auditoria, o auditor deve:

- a) manter a materialidade originalmente definida, em respeito ao planejamento inicial do trabalho.
- b) revisar apenas a materialidade das demonstrações contábeis como um todo, sem impacto nos procedimentos de auditoria.
- c) revisar a materialidade e, automaticamente, ampliar todos os procedimentos de auditoria planejados.
- d) revisar a materialidade e avaliar se a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais continuam apropriadas.
- e) limitar a revisão da materialidade apenas às classes específicas de transações afetadas.

123. À luz das normas de auditoria, assinale a alternativa correta acerca dos procedimentos substantivos e dos testes de controle.

- a) Os procedimentos substantivos destinam-se a avaliar a efetividade operacional dos controles internos no nível das afirmações.
- b) Os testes de controle incluem testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.
- c) Procedimentos substantivos são planejados para detectar distorções relevantes no nível das afirmações e incluem testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos.
- d) Testes de controle e procedimentos substantivos possuem a mesma finalidade, diferenciando-se apenas quanto ao momento de sua aplicação.
- e) Procedimentos analíticos substantivos são considerados testes de controle quando aplicados no encerramento do exercício.

124. Quando são detectados desvios de controles nos quais o auditor pretende confiar, a NBC TA 330 estabelece providências específicas a serem adotadas. À luz dessa norma, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor deve abandonar automaticamente a estratégia baseada em controles e substituir integralmente os testes de controle por procedimentos substantivos.
- b) A identificação de desvios de controle impede que os testes de controle realizados sirvam de base para qualquer julgamento profissional.
- c) O auditor deve realizar indagações específicas para compreender os desvios e avaliar se os testes de controle realizados continuam apropriados, se são necessários testes adicionais ou se os riscos devem ser tratados apenas por procedimentos substantivos.
- d) A ocorrência de desvios de controles exige, necessariamente, a emissão de relatório com modificação de opinião.
- e) O auditor deve restringir sua avaliação apenas aos efeitos quantitativos dos desvios, dispensando a análise de suas potenciais consequências.

125. No que se refere à execução de procedimentos substantivos, conforme a NBC TA 330, assinale a alternativa correta.

- a) O auditor pode deixar de executar procedimentos substantivos quando os testes de controle forem considerados altamente eficazes.
- b) Os procedimentos substantivos são exigidos apenas para saldos de contas, sendo facultativos para classes de transações e divulgações.
- c) Independentemente dos riscos identificados de distorção relevante, o auditor deve planejar e executar procedimentos substantivos para cada classe de transações, saldo de contas e divulgações significativas.
- d) Em caso de risco significativo, o auditor pode restringir sua resposta exclusivamente a procedimentos analíticos substantivos.

- e) A execução de testes de detalhes é vedada quando a resposta ao risco significativo consistir apenas em procedimentos substantivos.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

126. Uma tesouraria corporativa possui um excedente de caixa de valor C . Para rentabilizar esse recurso, o gestor financeiro decide dividir o capital total em duas partes iguais. A primeira parte é alocada em uma operação de *Vendor* que remunera a juros simples, enquanto a segunda parte é investida em um CDB (Certificado de Depósito Bancário) que remunera a juros compostos. Ambas as operações oferecem a mesma taxa de rentabilidade de 20% ao ano.

Após decorridos exatos 2 anos das aplicações, o saldo total disponível, em comparação ao excedente de caixa original C , será maior em:

- a) 21%.
- b) 30%.
- c) 31%.
- d) 42%.
- e) 44%.

127. Um sindicato de Auditores Fiscais de um determinado Estado realizou um estudo sobre a evolução do poder de compra da categoria. O levantamento apontou que a remuneração média nominal dos auditores foi de R\$ 20.000,00 no final de 2022, R\$ 22.320,00 no final de 2023, R\$ 25.200,00 no final de 2024 e alcançou R\$ 26.400,00 no final de 2025. Sabendo-se que a inflação oficial registrada nos três anos do período foi de 10% em 2023, 20% em 2024 e 25% em 2025, assinale a opção que apresenta corretamente a taxa de variação real da remuneração média dos auditores no período acumulado do final de 2022 a 2025.

- a) Perda real de 10%.
- b) Perda real de 20%.
- c) Ganho real de 20%.
- d) Perda real de 25%.
- e) Ganho real de 32%.

128. Uma operadora logística, buscando capital de giro para expandir sua frota, decidiu antecipar uma nota promissória com valor de face de R\$ 200.000,00 e vencimento em 180 dias. Ao consultar o Banco Alfa, foi oferecido um valor líquido de R\$ 170.000,00. No entanto, a operadora optou por realizar a operação no Banco Beta, que propôs uma taxa mensal de desconto que é 4% menor do que a taxa mensal praticada pelo Banco Alfa. Nessas condições, considerando que ambos os bancos trabalham com desconto comercial simples, a taxa mensal de desconto oferecida pelo Banco Beta foi de:

- a) 2,1%
- b) 2,2%
- c) 2,3%
- d) 2,0%
- e) 2,4%

129. A SEFAZ RN adquiriu um supercomputador para processamento de dados fiscais pelo valor de R\$ 13.000.000,00. O pagamento será realizado em 15 prestações anuais, consecutivas e iguais, à taxa de juros compostos de 2% ao ano, utilizando o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price). A primeira prestação vencerá um ano após a aquisição. Considerando a aproximação $1,02^{-15} \approx 0,74$, é correto afirmar que o valor da primeira cota de amortização incluída na primeira parcela será

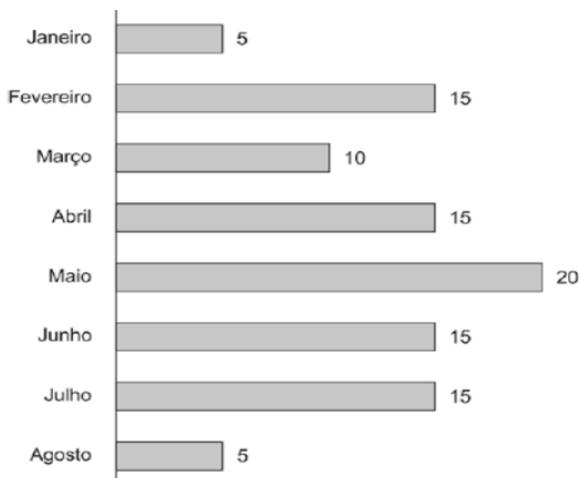
- a) inferior a R\$ 900.000,00.
- b) superior a R\$ 900.000,00 e inferior a R\$ 1.100.000,00.
- c) superior a R\$ 1.100.000,00 e inferior a R\$ 1.300.000,00.
- d) superior a R\$ 1.300.000,00 e inferior a R\$ 1.500.000,00.
- e) superior a R\$ 1.500.000,00.

130. Uma startup de tecnologia avalia a viabilidade econômica do "Projeto Nexus". O projeto exige um aporte inicial de capital de valor K . As projeções financeiras indicam que o projeto gerará receitas líquidas de $2K$ ao final do primeiro ano e de $4K$ ao final do segundo ano, encerrando-se o fluxo de caixa neste momento. Sendo i a Taxa Interna de Retorno (TIR) anual desse projeto, e sabendo que $i > 0$, o valor de i é igual a:

- a) $\sqrt{5} - 1$
- b) $\frac{\sqrt{5}+1}{2}$
- c) $\sqrt{5}$
- d) $1 + \sqrt{5}$
- e) $2\sqrt{5}$

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

O gráfico abaixo representa a quantidade de grávidas que se consultam na UNIDADE X de uma clínica entre os meses de janeiro a agosto. Sabe-se que todos os valores referem-se a diferentes pessoas.



Baseado no texto acima, resolva as questões **131** e **132**.

131. A razão entre a média e a mediana é dada por:

- a) 5/6
- b) 7/8
- c) 5/8
- d) 7/10
- e) 11/12

132. Supondo-se que os valores acima são populacionais, então a variância populacional dos valores é igual a:

- a) 10
- b) 20
- c) 25
- d) 30
- e) 40

133. Oito bolas são colocadas dentro de um globo de acionamento para serem retiradas duas bolas sem reposição. Cada uma das oito bolas é uma letra da palavra INSERÇÃO. A probabilidade de que sejam retiradas DUAS CONSOANTES é aproximadamente igual a:

- a) 12,7%
- b) 21,43%
- c) 35,7%
- d) 48,6%
- e) 40,76%

Núbia observou que uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Núbia sabia que historicamente a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Núbia deseja testar a hipótese, ao nível de significância α , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 740$), H_1 a hipótese alternativa ($\mu \neq 740$) e $t_{\alpha/2} > 0$ o quantil da distribuição "t" de Student, no nível de significância α , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Núbia concluiu que H_0 deveria ser rejeitada.

Baseado no texto acima, resolva as questões **134** e **135**.

134. Joelma deduziu que o valor da variável do teste (t calculado) obtido através da amostra e necessário para comparação com $-t_{\alpha/2}$ e $t_{\alpha/2}$ é igual a:

- a) 1,5
- b) 1,6
- c) 1,7
- d) 1,8
- e) 2,0

135. Joelma também concluiu que:

- a) $t_{\alpha/2} > 1,5$
- b) A um nível de significância β , $\beta < \alpha$, H_0 não teria sido rejeitada
- c) a referência a 8 graus de liberdade está errada, pois deveriam ser 9 graus de liberdade
- d) A um nível de significância β , $\beta > \alpha$, H_0 teria sido rejeitada
- e) o valor do escore reduzido é igual a 2

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

136. A fluência em dados é considerada uma competência essencial em organizações orientadas a dados. Sob a perspectiva conceitual, qual alternativa descreve corretamente o significado de fluência em dados?

- a) Capacidade exclusiva de programar em linguagens estatísticas e construir modelos preditivos complexos.
- b) Habilidade restrita à criação de relatórios e dashboards com ferramentas de Business Intelligence.
- c) Capacidade de coletar grandes volumes de dados, independentemente de sua interpretação ou contexto.
- d) Capacidade de ler, compreender, analisar, comunicar e tomar decisões fundamentadas em dados, considerando contexto e limitações.
- e) Conhecimento técnico voltado apenas à administração de bancos de dados e infraestrutura de armazenamento.

137. No contexto da fluência em dados, os atributos e métricas desempenham papel fundamental para avaliação e uso adequado das informações. Assinale a alternativa que relaciona corretamente atributos e métricas nesse contexto.

- a) Atributos representam exclusivamente indicadores numéricos, enquanto métricas correspondem a descrições qualitativas dos dados.
- b) Atributos correspondem às características que descrevem os dados, enquanto métricas são medidas quantitativas utilizadas para avaliar desempenho, qualidade ou resultados.
- c) Atributos e métricas são termos sinônimos, utilizados indistintamente na análise de dados organizacionais.
- d) Métricas descrevem a estrutura dos dados, enquanto atributos são usados apenas para cálculo estatístico.
- e) Métricas são aplicáveis somente a dados financeiros, enquanto atributos se restringem a dados operacionais.

138. A transformação de dados é uma etapa essencial em processos analíticos e de integração. Sob o ponto de vista conceitual, qual alternativa descreve corretamente o objetivo principal da transformação de dados?

- a) Armazenar dados brutos em seu formato original para preservar fidelidade histórica.
- b) Converter dados exclusivamente para fins de compactação e economia de espaço em disco.
- c) Adaptar, padronizar e estruturar dados para torná-los adequados ao consumo analítico e operacional.
- d) Eliminar dados inconsistentes sem qualquer critério técnico previamente definido.
- e) Restringir o acesso aos dados transformados apenas a usuários técnicos.

139. Durante a transformação de dados, diversas operações podem ser aplicadas para garantir consistência e utilidade da informação. Assinale a alternativa que apresenta corretamente exemplos típicos de operações de transformação de dados.

- a) Exclusão permanente de bases de dados legadas sem análise prévia.
- b) Criptografia de dados exclusivamente para atender requisitos de confidencialidade.
- c) Normalização de formatos, conversão de tipos de dados, padronização de valores e enriquecimento de informações.
- d) Replicação de dados entre sistemas sem alteração de estrutura ou conteúdo.
- e) Criação de índices e permissões de acesso em sistemas de gerenciamento de banco de dados.

140. Na análise de dados, os conceitos de agrupamentos, tendências e projeções possuem finalidades analíticas específicas. Assinale a alternativa que apresenta um uso conceitualmente inadequado desses elementos no processo de análise.

- a) Utilizar agrupamentos para identificar segmentos de dados com comportamentos semelhantes.
- b) Analisar tendências para compreender a evolução temporal de uma variável observada.
- c) Empregar projeções para estimar valores futuros a partir de padrões identificados nos dados históricos.
- d) Aplicar projeções diretamente sobre dados brutos, sem identificação prévia de tendências ou padrões.
- e) Combinar agrupamentos e tendências para enriquecer a interpretação de séries temporais.

141. No contexto de Analytics, os diferentes tipos de análise não se distinguem apenas por ferramentas, mas principalmente pelo tipo de pergunta que respondem. Assinale a alternativa que estabelece corretamente essa relação conceitual.

- a) Analytics descritivo busca identificar causas raiz de fenômenos observados, explicando por que os resultados ocorreram.
- b) Analytics diagnóstico concentra-se em estimar cenários futuros com base em modelos estatísticos e séries temporais.
- c) Analytics preditivo tem como foco principal recomendar automaticamente ações ótimas para o negócio.
- d) Analytics prescritivo limita-se à apresentação de indicadores históricos consolidados.
- e) Analytics descritivo, diagnóstico, preditivo e prescritivo diferenciam-se pelo tipo de pergunta que respondem: o que aconteceu, por que aconteceu, o que tende a acontecer e o que deve ser feito, respectivamente.

142. No contexto da Inteligência Artificial (IA), diferentes abordagens são utilizadas para permitir que sistemas computacionais realizem tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana. Assinale a alternativa que expressa corretamente o conceito de Inteligência Artificial em nível conceitual.

- a) Conjunto de técnicas destinadas exclusivamente à automação de tarefas repetitivas, sem capacidade de adaptação ou aprendizado.
- b) Área da computação voltada apenas ao armazenamento e processamento eficiente de grandes volumes de dados.
- c) Campo de estudo que desenvolve sistemas capazes de perceber o ambiente, aprender com dados, raciocinar e tomar decisões orientadas a objetivos.
- d) Tecnologia restrita à simulação exata do comportamento humano, sem uso de modelos matemáticos ou estatísticos.
- e) Aplicação de regras fixas e determinísticas que produzem sempre o mesmo resultado para uma mesma entrada.

143. No contexto do Processamento de Linguagem Natural (PLN), a etapa de representação textual é determinante para o desempenho dos modelos. Assinale a alternativa que expressa corretamente uma característica conceitual dessas representações.

- a) Representações textuais no PLN buscam transformar linguagem natural em estruturas matemáticas que preservem, na medida do possível, relações semânticas e contextuais entre termos.
- b) A representação textual elimina ambiguidades linguísticas de forma determinística, independentemente do modelo utilizado.
- c) O uso de representações textuais dispensa completamente as etapas de pré-processamento dos textos.
- d) Representações textuais são utilizadas apenas em tarefas de tradução automática, não sendo relevantes para classificação ou análise de sentimentos.
- e) A representação textual limita-se à contagem literal de palavras, sendo incompatível com abordagens modernas de PLN.

144. Sobre bancos de dados NoSQL, assinale a alternativa correta.

- a) O modelo NoSQL exige estrutura rígida e normalizada para garantir integridade relacional.
- b) Bancos NoSQL são ideais apenas para sistemas de pequeno porte e baixa concorrência.
- c) Em bancos de grafos, os dados são representados por linhas e colunas, como em planilhas.
- d) O modelo de chave-valor é uma das categorias de bancos NoSQL, sendo útil para armazenamento simples e rápido.
- e) NoSQL é um padrão ISO obrigatório para bancos de dados documentais.

145. Os bancos de dados NoSQL abrangem diferentes modelos, cada um adequado a determinados tipos de dados e padrões de acesso. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente um modelo NoSQL às suas características conceituais.

- a) O modelo orientado a documentos exige esquema rígido e normalização estrita, semelhantes ao modelo relacional clássico.
- b) O modelo chave–valor é indicado quando há forte necessidade de consultas complexas com múltiplas junções entre entidades.
- c) O modelo orientado a grafos é mais adequado para dados altamente tabulares e com baixa inter-relação entre registros.
- d) O modelo orientado a colunas é apropriado para grandes volumes de dados distribuídos, com foco em leitura e escrita eficientes por colunas e alta escalabilidade horizontal.
- e) O modelo NoSQL elimina completamente a necessidade de consistência dos dados em favor exclusivo da disponibilidade.

146. A Governança de Dados é um elemento estruturante em organizações orientadas a dados. Sob uma perspectiva conceitual, assinale a alternativa que define corretamente Governança de Dados.

- a) Conjunto de ferramentas tecnológicas destinadas exclusivamente ao controle de acesso a bases de dados.
 - b) Estrutura de princípios, papéis, processos e responsabilidades que orientam a gestão, o uso, a qualidade e a segurança dos dados ao longo de seu ciclo de vida.
 - c) Atividade operacional voltada apenas à correção de inconsistências em bases de dados corporativas.
 - d) Modelo de arquitetura de dados focado na centralização física dos dados em um único repositório.
 - e) Processo restrito à conformidade regulatória, sem impacto na tomada de decisão organizacional.
-

147. No contexto dos tipos de Governança de Dados, diferentes modelos organizacionais podem ser adotados. Assinale a alternativa que caracteriza corretamente a governança colegiada, em comparação às abordagens centralizada e compartilhada.

- a) Modelo em que todas as decisões sobre dados são tomadas exclusivamente por uma área técnica central.
- b) Estrutura em que a governança é totalmente descentralizada, sem diretrizes comuns ou instâncias decisórias.
- c) Abordagem em que a responsabilidade pela governança é delegada apenas aos domínios de negócio, sem coordenação institucional.
- d) Modelo que prioriza a autonomia total das áreas, mesmo em detrimento da padronização organizacional.
- e) Modelo em que decisões sobre dados são tomadas por instâncias coletivas, com representação de múltiplas áreas, buscando equilíbrio entre padronização e participação.

148. No contexto da Ciência de Dados, a informação ocupa papel central para a geração de valor organizacional. Assinale a alternativa que expressa corretamente a importância da informação nesse domínio.

- a) A informação é relevante apenas após a aplicação de modelos preditivos, não sendo necessária nas etapas iniciais de análise.
- b) A informação substitui completamente a necessidade de métodos analíticos, pois seu valor é intrínseco e autoexplicativo.
- c) A informação, quando contextualizada, confiável e relevante, fundamenta análises, orienta decisões e reduz incertezas nos processos de ciência de dados.
- d) A importância da informação limita-se ao armazenamento histórico, sendo irrelevante para inferências e projeções.
- e) A informação tem valor apenas quando expressa em grandes volumes, independentemente de qualidade ou contexto.

149. Em projetos de Ciência de Dados e Big Data, diferentes papéis atuam de forma complementar ao longo do ciclo analítico. Assinale a alternativa que relaciona corretamente os papéis envolvidos às suas responsabilidades centrais:

- a) O cientista de dados é responsável exclusivamente pela infraestrutura de armazenamento e pela administração de clusters distribuídos.
- b) O engenheiro de dados atua apenas na interpretação dos resultados analíticos e na comunicação com as áreas de negócios.
- c) O analista de negócios define modelos estatísticos avançados e treina algoritmos de aprendizado de máquina em larga escala.
- d) O engenheiro de dados constrói e mantém pipelines de dados confiáveis, enquanto o cientista de dados analisa os dados, constrói modelos e extrai insights.
- e) Todos os papéis possuem funções idênticas, diferenciando-se apenas pela nomenclatura adotada pela organização.

150. No contexto da Arquitetura de Big Data, diferentes componentes e princípios são combinados para lidar com volume, variedade e velocidade dos dados. Assinale a alternativa que caracteriza corretamente uma arquitetura de Big Data em nível conceitual.

- a) Estrutura baseada exclusivamente em bancos de dados relacionais centralizados, com forte dependência de esquemas rígidos.
- b) Arquitetura voltada apenas ao armazenamento de dados históricos, sem suporte a processamento analítico.
- c) Conjunto de soluções que prioriza apenas a visualização de dados, independentemente da origem ou do processamento.
- d) Modelo arquitetural que elimina a necessidade de governança e qualidade de dados em favor da escalabilidade.
- e) Arquitetura distribuída que integra mecanismos de ingestão, armazenamento e processamento de dados em larga escala, suportando diferentes formatos e tipos de análise.

151. Em plataformas de computação em nuvem voltadas a Big Data, o uso de cloud storage altera decisões arquiteturais em relação a ambientes tradicionais. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que decorre corretamente do uso de armazenamento em nuvem.

- a) A adoção de cloud storage obriga o acoplamento entre mecanismos de armazenamento e processamento para garantir desempenho.
- b) O uso de armazenamento em nuvem permite escalar capacidade de dados de forma independente do poder de processamento, influenciando o desenho das arquiteturas de Big Data.
- c) O cloud storage elimina a necessidade de políticas de retenção e classificação de dados.
- d) O armazenamento em nuvem é incompatível com cargas analíticas distribuídas em larga escala.
- e) O uso de cloud storage restringe o acesso simultâneo aos dados para múltiplos serviços analíticos.

152. Em Python, o comportamento de determinados recursos da linguagem pode produzir efeitos inesperados quando não compreendidos adequadamente. Assinale a alternativa que descreve corretamente um aspecto relevante do funcionamento da linguagem.

- a) Argumentos padrão de funções são reavaliados a cada chamada, garantindo que objetos mutáveis nunca sejam compartilhados entre execuções.
- b) Objetos imutáveis em Python podem ter seu conteúdo alterado diretamente, desde que referenciados por mais de uma variável.
- c) A atribuição de uma variável a outra cria sempre uma cópia independente do objeto original.
- d) Estruturas mutáveis e imutáveis em Python possuem o mesmo comportamento em operações de atribuição e passagem de parâmetros.
- e) Argumentos padrão definidos como objetos mutáveis podem ser compartilhados entre chamadas de uma função, afetando resultados posteriores.

153. Em R, determinadas escolhas de implementação impactam diretamente no desempenho e clareza das análises. Considerando o comportamento da linguagem, assinale a alternativa que justifica corretamente a preferência por operações vetorizadas em relação a loops explícitos.

- a) Operações vetorizadas são preferidas apenas por convenção sintática, sem impacto real em desempenho.
- b) O uso de loops explícitos é inviável em R, pois a linguagem não os suporta nativamente.
- c) Operações vetorizadas exploram otimizações internas da linguagem e reduzem a sobrecarga de interpretação, tornando o código mais eficiente e expressivo.
- d) A vetorização em R impede o controle sobre a ordem de execução das operações.
- e) Operações vetorizadas são indicadas somente para conjuntos de dados pequenos e homogêneos.

154. No mercado atual, diversas soluções de Big Data são utilizadas para armazenamento e processamento distribuído de grandes volumes de dados. Assinale a alternativa que apresenta corretamente exemplos de soluções de Big Data amplamente adotadas e sua finalidade geral.

- a) MySQL, PostgreSQL e Oracle Database — voltadas ao processamento distribuído massivo de dados não estruturados.
- b) Hadoop e Spark — projetadas para processamento distribuído de grandes volumes de dados em ambientes escaláveis.
- c) Excel, Power BI e Tableau — utilizadas como plataformas centrais de ingestão e processamento de Big Data.
- d) Docker e Kubernetes — soluções específicas para análise estatística avançada de grandes volumes de dados.
- e) Git e GitHub — ferramentas de versionamento projetadas para armazenamento e processamento de Big Data.

155. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) estabelece princípios e regras para o tratamento de dados pessoais no Brasil. Assinale a alternativa que está de acordo com o texto legal da LGPD.

- a) A LGPD tem como fundamento a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- b) A LGPD aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos da administração pública direta.
- c) A LGPD permite o tratamento de dados pessoais sensíveis sem base legal específica, desde que haja interesse econômico do controlador.
- d) A LGPD restringe-se a dados pessoais coletados exclusivamente em meio digital.
- e) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins comerciais.

156. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) define hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados pessoais. Assinale a alternativa que corresponde corretamente a uma base legal prevista na LGPD.

- a) Interesse exclusivamente econômico do controlador, independentemente dos direitos do titular.
- b) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- c) Manifestação tácita do titular, presumida pela ausência de oposição.
- d) Coleta irrestrita de dados para formação de bancos de dados comerciais.
- e) Tratamento de dados pessoais apenas quando houver remuneração direta ao titular.

157. A Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), regulamentada pelo Decreto nº 7.724/2012, estabelece regras para garantir o acesso a informações públicas. Assinale a alternativa que está de acordo com o regime jurídico definido por esses normativos.

- a) O acesso à informação depende, como regra geral, da comprovação de interesse direto e específico do solicitante.
- b) Informações classificadas como sigilosas podem permanecer sob sigilo por prazo indeterminado, a critério da autoridade responsável.
- c) O pedido de acesso à informação deve ser motivado, indicando as razões pessoais ou institucionais do solicitante.
- d) O acesso à informação é a regra, e o sigilo constitui exceção, devendo ser justificado de forma expressa e fundamentada nos termos da lei.
- e) A Lei de Acesso à Informação aplica-se exclusivamente aos órgãos do Poder Executivo federal.

10. ACESSO À INFORMAÇÃO. 10.1 LEI N° 12.527/2011 E DECRETO N° 7.724/2012. 11. SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS.*Antônio Daud*

158. No que se refere ao acesso à informação pública e às restrições legalmente previstas, assinale a alternativa correta:

- a) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação são computados a partir da data da respectiva produção e são de 35, 25 e 15 anos para informações classificadas como ultrassecretas, secretas e reservada, respectivamente.
- b) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério mais restritivo possível.
- c) O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma do regulamento, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.
- d) A autoridade máxima de cada órgão publicará, semestralmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura.
- e) O poder público deve divulgar, exclusivamente em meio eletrônico na internet, relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

159. Considerando as regras previstas na Lei de Acesso à Informação, assinale a alternativa correta

- a) a classificação de informação no grau secreto por Comandante da Marinha deverá ser ratificada pelo respectivo Ministro de Estado.
- b) a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de

apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido.

- c) as informações de interesse público devem ser divulgadas mediante a solicitação por qualquer interessado.
- d) o tratamento das informações pessoais pelo poder público deve ser feito de forma transparente, sendo que o interesse público prevalece sobre as liberdades e garantias individuais, no que se refere à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas.
- e) a negativa de acesso à informação custodiada por órgão público é ato discricionário, que independe de motivação.

160. Em relação à prestação de serviços públicos digitais, considerando-se a Lei federal 14.129/2021, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A guarda dos documentos digitais considerados de valor permanente deverá estar de acordo com as normas previstas pela instituição arquivística pública responsável por sua custódia.
- b) O acesso à íntegra do processo administrativo para vista do interessado poderá ocorrer por intermédio da disponibilização de sistema informatizado de gestão ou por acesso à cópia do documento, preferencialmente em meio eletrônico.
- c) Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados sempre em formato eletrônico.
- d) Os documentos nato-digitais assinados eletronicamente são considerados originais para todos os efeitos legais.
- e) O armazenamento dos documentos digitais deverá garantir o acesso e a preservação das informações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO I - GERAL***Fábio Dutra*

161. De acordo com o art. 198, §3º, do Código Tributário Nacional, NÃO é vedada a divulgação de informações relativas a:

- a) Representações fiscais para fins penais, inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública, parcelamento ou moratória, e incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária cujo beneficiário seja pessoa jurídica.
- b) Representações fiscais para fins penais, inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública e declarações de Imposto de Renda de pessoas físicas.
- c) Parcelamento ou moratória, incentivo fiscal concedido a pessoas físicas e movimentações bancárias de contribuintes inadimplentes.
- d) Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública, Incentivo fiscal concedido a pessoas físicas e montante total de tributos pagos.
- e) Representações fiscais para fins penais, parcelamento ou moratória e benefícios tributários concedidos a pessoas físicas ou jurídicas.

162. Assinale a alternativa que contém apenas impostos de competência exclusiva dos Estados e do Distrito Federal, nos termos da Constituição Federal de 1988:

- a) ICMS, IPVA e ITCMD.
- b) ICMS, IPVA e IBS.
- c) ICMS, ITCMD e ITR.
- d) ICMS, IBS e ITCMD.
- e) IPVA, ITCMD e ISSQN.

163. Sobre as competências do Senado Federal em relação ao ICMS, nos termos da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- a) O Senado Federal, por resolução de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- b) O Senado Federal pode estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas de ICMS, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta de seus membros, aprovada por dois terços.
- c) O Senado Federal pode fixar alíquotas máximas nas operações internas de ICMS para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- d) Compete privativamente ao Senado Federal instituir o ICMS, mediante resolução aprovada pela maioria simples de seus membros.
- e) As resoluções do Senado Federal que estabelecem alíquotas do ICMS têm natureza jurídica de lei complementar, devendo ser aprovadas por maioria absoluta em dois turnos de votação.

164. De acordo com a Constituição Federal de 1988, do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, a União entregará aos Estados e ao Distrito Federal, por meio do Fundo de Participação dos Estados (FPE):

- a) 21,5%.
- b) 22,5%.
- c) 25%.
- d) 20%.
- e) 25,5%.

165. Pertencem aos Municípios, nos termos da Constituição Federal de 1988:

- a) 25% do produto da arrecadação do ICMS.
- b) 25% do produto da arrecadação do IPVA.
- c) 50% do produto da arrecadação do ITCMD.
- d) 75% do produto da arrecadação do ITR.
- e) 30% do produto da arrecadação do IOF-Ouro.

166. Sobre o lançamento tributário, considerando as disposições dos arts. 143 e 144 do Código Tributário Nacional, analise as afirmativas abaixo:

- I. Quando o valor tributário estiver expresso em moeda estrangeira, a conversão em moeda nacional, no lançamento, será feita ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação, salvo disposição de lei em contrário.
- II. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei vigente nesse momento, não se aplicando lei posterior que tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização.
- III. Aplica-se ao lançamento a legislação posterior à ocorrência do fato gerador que tenha ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios.
- IV. A atribuição de responsabilidade tributária a terceiros pode ser realizada por lei posterior ao fato gerador e aplicada ao lançamento, mesmo que essa lei tenha outorgado maiores garantias ao crédito tributário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

167. Sobre o pagamento do crédito tributário e suas consequências, de acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) A imposição de penalidade por infração tributária dispensa o contribuinte do pagamento integral do crédito tributário, desde que a penalidade tenha caráter substitutivo.
- b) O pagamento total de um crédito tributário gera presunção de pagamento de outros créditos referentes ao mesmo tributo, cabendo à Fazenda Pública provar o contrário.
- c) Quando a legislação tributária não dispuser a respeito do local de pagamento, este deverá ser efetuado na repartição fiscal da Capital do Estado ou do Distrito Federal.
- d) O crédito não integralmente pago no vencimento será acrescido de juros de mora, calculados à taxa de 1% ao mês, se a lei não dispuser de modo diverso, sem prejuízo da imposição de penalidades cabíveis.
- e) Durante a pendência de consulta formulada pelo devedor após o prazo legal para pagamento do crédito, não incidirão juros de mora sobre o valor devido.

168. O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), de competência dos Municípios, tem regras específicas quanto ao seu fato gerador e à caracterização de zona urbana. Considerando as disposições do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) O fato gerador do IPTU é exclusivamente a propriedade de bem imóvel, não alcançando o domínio útil ou a posse, uma vez que essas situações não configuram titularidade plena do bem.
- b) Para fins de incidência do IPTU, considera-se zona urbana aquela definida em lei municipal, independentemente da existência de quaisquer melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- c) A lei municipal pode definir o que considera zona urbana para fins de IPTU, desde que a área possua pelo menos dois dos melhoramentos específicos indicados no Código Tributário Nacional, construídos ou mantidos pelo Poder Público.
- d) Imóvel localizado em área com escola primária a até três quilômetros de distância já preenche o requisito mínimo para ser considerado em zona urbana, independentemente da existência de outros melhoramentos.
- e) A presença de rede de iluminação pública, com posteamento para distribuição domiciliar já preenche o requisito mínimo para ser considerado em zona urbana, independentemente da existência de outros melhoramentos.

169. O art. 108 do Código Tributário Nacional estabelece os critérios de integração da legislação tributária para situações em que não há disposição expressa. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta.

- a) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente poderá utilizar a equidade para dispensar o pagamento de tributo devido, desde que fundamentada em razões de justiça fiscal.

- b) O emprego da analogia poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei, desde que haja situação fática semelhante já tributada pelo ordenamento jurídico.
- c) A ordem de aplicação dos métodos de integração é a seguinte: princípios gerais de direito público, princípios gerais de direito tributário, analogia e equidade.
- d) Havendo lacuna na legislação tributária, a autoridade deve aplicar sucessivamente, nesta ordem: analogia, princípios gerais de direito tributário, princípios gerais de direito público e equidade.
- e) Os princípios gerais de direito tributário têm preferência sobre a analogia na integração da legislação tributária, devendo ser aplicados antes desta quando houver ausência de disposição expressa.

170. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a majoração do valor venal de imóveis para fins de cobrança do IPTU

- a) dispensa a edição de lei em sentido formal quando a atualização não ultrapassar os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- b) exige sempre a edição de lei complementar, independentemente do percentual de aumento aplicado.
- c) pode ser realizada por decreto do Poder Executivo municipal, em qualquer caso.
- d) não necessita de lei quando o aumento for inferior a 10% do valor venal do exercício anterior.
- e) pode ser feita mediante portaria da Secretaria Municipal de Fazenda, desde que aprovada pela Câmara de Vereadores.

171. Sobre as imunidades constitucionais do IPVA, estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, analise as afirmativas abaixo:

- I. São imunes ao IPVA as embarcações de pessoa jurídica que detenha outorga para prestar serviços de transporte aquaviário.
- II. São imunes ao IPVA as embarcações de pessoa física que pratique pesca artesanal ou de subsistência.
- III. São imunes ao IPVA as plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios, cuja finalidade principal seja a exploração de atividades econômicas em águas territoriais e na zona econômica exclusiva.
- IV. São imunes ao IPVA as embarcações de pessoa jurídica que pratique pesca industrial.
- V. As aeronaves utilizadas exclusivamente para transporte de passageiros estão excetuadas da incidência do IPVA.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, III e IV, apenas.
- b) I, III, IV e V, apenas.
- c) I, II, III e V, apenas.
- d) II, III, IV e V, apenas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

172. A Constituição Federal de 1988, com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 132/2023, estabeleceu novas regras para o ITCMD. Sobre estas disposições constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

- a) O ITCMD será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação.
- b) O ITCMD não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e benfeiteiros de entidades religiosas, observadas as condições estabelecidas em lei complementar.
- c) Relativamente a bens móveis, títulos e créditos, o ITCMD compete ao Estado onde está localizado o bem no momento da transmissão ou doação.
- d) O ITCMD não incidirá sobre as transmissões e doações para institutos científicos e tecnológicos sem fins lucrativos, quando realizadas na consecução dos seus objetivos sociais.
- e) Quando o de cujus possuía bens no exterior, a competência para instituição do ITCMD será regulada por lei complementar.

173. O Estado de Minas Gerais publicou, em dezembro de 2024, lei concedendo anistia de multas tributárias relacionadas ao ICMS para fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2023. A lei estabeleceu que a anistia seria concedida de forma limitada, abrangendo apenas multas de até R\$ 10.000,00 e condicionada ao pagamento integral do tributo devido até 30 de junho de 2025.

Considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre anistia, analise as seguintes situações:

- I) Empresa Alfa cometeu, em outubro de 2023, infração tributária punida com multa de R\$ 8.000,00, mas a infração foi praticada com dolo e fraude comprovados. A empresa requereu a anistia.
- II) Empresa Beta cometeu, em março de 2023, infração tributária punida com multa de R\$ 9.500,00, sem dolo ou fraude, e efetuou o pagamento integral do tributo devido em maio de 2025. A empresa requereu a anistia.
- III) Empresa Gama cometeu, em julho de 2023, infração tributária punida com multa de R\$ 15.000,00, sem dolo ou fraude, e efetuou o pagamento integral do tributo devido em junho de 2025. A empresa requereu a anistia.
- IV) Empresa Delta cometeu, em fevereiro de 2024, infração tributária punida com multa de R\$ 7.000,00, sem dolo ou fraude, e efetuou o pagamento integral do tributo devido em maio de 2025. A empresa requereu a anistia.

Assinale a alternativa que indica corretamente as empresas que não terão direito à anistia:

- a) I.
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

174. Acerca da lei complementar em matéria tributária, conforme a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) A instituição de todas as contribuições especiais deve ocorrer por meio de lei complementar.
- b) O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) deve ter as regras gerais sobre seus fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes definidos em lei complementar federal, para que possa ser instituído por lei estadual.
- c) A definição dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos impostos previstos na Constituição deve ser feita por lei complementar, o que significa que os impostos, como regra, devem ser instituídos por esta espécie normativa.
- d) Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, estabelecendo normas gerais sobre imunidades tributárias.
- e) O Código Tributário Nacional (CTN), editado como lei ordinária, não pode ser considerado lei complementar em matéria tributária, devendo ser substituído por nova legislação.

175. João Silva, empresário do ramo de confecções, encontrava-se em grave situação financeira em razão de dificuldades econômicas enfrentadas por sua empresa. Em dezembro de 2023, obteve moratória individual para pagamento do ICMS estadual, concedida pelo prazo de 12 meses, mediante apresentação de documentos que comprovavam sua situação de dificuldade financeira temporária.

Em junho de 2024, durante procedimento de fiscalização, a autoridade fazendária constatou que João havia simulado sua situação financeira, apresentando documentos falsos para obter a moratória, quando na verdade possuía recursos suficientes para pagamento dos tributos.

Com base no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) A moratória individual, uma vez concedida, gera direito adquirido, não podendo ser revogada mesmo em caso de simulação.
- b) A moratória deverá ser revogada de ofício, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora e com imposição de penalidade cabível, em razão da simulação praticada, se realizada dentro do prazo prescricional.
- c) A moratória só pode ser revogada mediante ação judicial proposta pela Fazenda Pública.
- d) Tanto em dolo como em simulação, não se computa prazo prescricional desde o tempo da concessão da moratória até a sua revogação.
- e) A moratória permanece válida até o fim do prazo concedido, cabendo à Fazenda apenas cobrar diferenças eventualmente apuradas após o término do benefício.

176. Nos termos da Constituição Federal, o imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR):

- a) É de competência da União, mas pode ser instituído pelos Municípios.
- b) será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

c) não admite a possibilidade de o Município fiscalizá-lo e cobrá-lo.

d) será fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, hipótese em que terão direito a 50% do produto da sua arrecadação.

e) incide sobre as propriedades rurais, exceto todas as pequenas glebas rurais, quando definidas em lei.

177. Município celebrou convênio com pessoa jurídica de direito público estadual, atribuindo-lhe as funções de arrecadar e fiscalizar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Posteriormente, o Município decidiu, unilateralmente, revogar o convênio. Diante desse cenário e considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre competência tributária, é correto afirmar que

- a) a revogação unilateral do convênio pelo Município é ilegal, pois a atribuição de funções de arrecadação e fiscalização, uma vez conferida, somente pode ser revogada mediante concordância expressa da pessoa jurídica beneficiária.
- b) o convênio com o Estado transferiu a competência tributária do ISS, razão pela qual o Município perdeu a titularidade para instituir e legislar sobre o referido imposto enquanto vigente o convênio.
- c) Caso haja arrecadação do ISS por meio de empresa privada, tal medida configura delegação de competência tributária, vedada pelo ordenamento jurídico tributário.
- d) A capacidade tributária ativa envolve a instituição, fiscalização e cobrança do tributo, podendo ser apenas realizada por meio de pessoa jurídica de direito público.
- e) a atribuição conferida à entidade estatal comprehende as garantias e privilégios processuais que competem ao Município, e a revogação unilateral pelo ente municipal é válida nos termos da legislação.

178. Assinale a alternativa que indica um assunto que pode ser disciplinado por meio de medida provisória, nos termos da Constituição Federal de 1988:

- a) Definição de prazos sobre decadência tributária.
- b) Definição de tratamento diferenciado e favorecido para microempresas.
- c) Instituição do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
- d) Resolução de conflitos de competência tributária entre União e Estados.
- e) Instituição de empréstimo compulsório para atender despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.

179. De acordo com o art. 174 do Código Tributário Nacional, a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em:

- a) 3 anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- b) 5 anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- c) 10 anos, contados da data de sua constituição definitiva.
- d) 5 anos, contados da data do fato gerador.
- e) 10 anos, contados da data do fato gerador.

180. Segundo o art. 185 do Código Tributário Nacional, presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário:

- a) Constituído definitivamente, independentemente de inscrição em dívida ativa.
- b) Lançado, ainda que não definitivamente constituído.
- c) Regularmente inscrito como dívida ativa.
- d) Declarado pelo contribuinte, independentemente de inscrição em dívida ativa.
- e) Objeto de execução fiscal já ajuizada.

DIREITO TRIBUTÁRIO II – REFORMA TRIBUTÁRIA

Fernando Maurício

181. Conforme prevê a Constituição Federal, em relação às novidades trazidas pela Reforma Tributária, o Sistema Tributário Nacional deve observar diversos princípios, exceto:

- a) da simplicidade.
- b) da transparência.
- c) da justiça tributária.
- d) da economicidade.
- e) da defesa do meio ambiente.

182. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional 132/2023, julgue os itens a seguir:

- I. O produto da arrecadação do IBS e da CBS, incidentes sobre operações contratadas pela administração pública direta, por autarquias e por fundações públicas, inclusive suas importações, será integralmente destinado ao ente federativo contratante, mediante redução a zero das alíquotas do imposto e da contribuição devidos aos demais entes e equivalente elevação da alíquota do tributo devido ao ente contratante.
- II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e benficiantes.
- III. É possível o Imposto Seletivo ter a mesma Base de Cálculo e o mesmo Fato Gerador do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II, apenas
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

183. Com relação ao Comitê Gestor do IBS, analise os itens a seguir:

- I. Lei complementar poderá prever a integração do contencioso administrativo relativo ao IBS e a CBS.
- II. A presidência do Comitê Gestor deverá pertencer ao conjunto dos Estados e o Distrito Federal, nos termos de Lei Complementar.
- III. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, entidade pública sob regime especial, terá independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

184. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, analise os itens a seguir:

- I. Será informado pelo princípio da neutralidade.
- II. Cada ente federativo fixará sua alíquota própria por lei específica.
- III. Será cobrado pelo somatório das alíquotas do Estado e do Município de origem da operação.

São características do IBS, o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

185. Conforme dispõe a Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, **exceto**:

- a) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.
- b) Incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.
- c) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.
- d) Será instituído por meio de Lei Complementar Federal.
- e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar Federal.

186. Com relação à CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, inserida na Constituição Federal pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir:

- I. A CBS poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.
- II. A CBS integrará sua própria base de cálculo.
- III. Lei complementar disporá sobre regime específico de tributação da CBS para combustíveis e lubrificantes, em que o tributo incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

187. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir:

- I. Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.
- II. Arrecadar o IBS, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- III. decidir o contencioso administrativo relativo ao IBS.

São competências administrativas do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

188. Em relação ao IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores, julgue os itens a seguir:

- I. poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização, da origem, e do impacto ambiental.
- II. incidirá sobre aeronaves agrícolas e de operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- III. não incidirá sobre tratores e máquinas agrícolas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

189. Em relação ao IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, julgue os itens a seguir:

- I. Lei Complementar fixará alíquota de referência do imposto para cada esfera federativa, que será

aplicada se outra não houver sido estabelecida pelo próprio ente federativo.

- II. não incidirá sobre sua própria base de cálculo.
- III. poderá incidir sobre as prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

190. Estruturalmente, o IBS e a CBS seguirão as mesmas regras para diversos quesitos, exceto em relação a:

- a) fatos geradores e bases de cálculo.
- b) sujeitos passivos.
- c) alíquotas.
- d) regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação.
- e) regras de não cumulatividade e de creditamento.

191. A Lei Complementar 214/2025 detalha fatores que são irrelevantes para a caracterização das operações sujeitas ao IBS e à CBS. Assinale a alternativa que indica um fator *relevante* para a incidência desses tributos, contrariando o disposto na lei:

- a) O título jurídico pelo qual o bem se encontra na posse do fornecedor.
- b) A espécie, tipo ou forma jurídica dos atos ou negócios jurídicos.
- c) A obtenção de lucro com a operação.
- d) O cumprimento de exigências legais, regulamentares ou administrativas.
- e) A ocorrência de um fornecimento com contraprestação.

192. Em relação ao momento de ocorrência do fato gerador do IBS e da CBS, a Lei Complementar 214/2025 estabelece regras específicas para operações de execução continuada ou fracionada em que não seja possível identificar o momento exato de entrega ou disponibilização do bem ou do término do fornecimento do serviço. Nesses casos, como os de fornecimento de água ou energia elétrica, o fato gerador considera-se ocorrido no momento em que:

- a) O contrato de fornecimento é assinado entre as partes.
- b) O pagamento se torna devido.
- c) A medição do consumo é realizada.
- d) O serviço é efetivamente consumido pelo destinatário.
- e) A fatura é emitida pela empresa fornecedora.

193. Considerando a Lei Complementar 214/2025, em uma operação com pagamento parcial antecipado, se na data do fornecimento os valores das antecipações de IBS e CBS forem superiores aos valores definitivos dos tributos calculados sobre o valor total da operação e as alíquotas vigentes na data do fornecimento, qual será o tratamento fiscal para a diferença?

- a) A diferença será desconsiderada, pois o cálculo definitivo anula as antecipações.
- b) A diferença constará como novos débitos na apuração do fornecedor.
- c) A diferença será apropriada como créditos na apuração do fornecedor.
- d) O fornecedor deverá recolher novamente o valor total do tributo, ignorando as antecipações.
- e) O valor definitivo será recalculado com base nas alíquotas vigentes no momento do primeiro pagamento.

194. Uma empresa decide vender uma máquina antiga que fazia parte do seu ativo não circulante e que não era utilizada em sua atividade econômica habitual. Com base na Lei Complementar 214/2025, sobre a incidência do IBS e da CBS nessa operação, assinale a alternativa correta:

- a) O IBS e a CBS não incidem sobre operações com ativo não circulante ou realizadas de forma não habitual, pois não fazem parte do objeto social principal da empresa.
- b) O IBS e a CBS incidem sobre qualquer operação com bem ou com serviço realizada pelo contribuinte, incluindo aquelas com ativo não circulante ou no exercício de atividade econômica não habitual.
- c) A incidência sobre operações não habituais depende da obtenção de lucro com a venda do ativo.
- d) A LC 214/2025 isenta a venda de ativo não circulante para promover a renovação tecnológica das empresas.
- e) Somente operações onerosas relacionadas à atividade principal do contribuinte são tributadas pelo IBS e CBS.

195. Uma clínica de fisioterapia oferece consultas online, por meio de videoconferência, para pacientes de diferentes localidades. O serviço também pode ser prestado fisicamente sobre o paciente que vai até a clínica, e é uma atividade onerosa. De acordo com a LC 214/25, qual será o local da operação para fins de IBS e CBS, considerando o serviço prestado à distância?

- a) O local do domicílio do prestador do serviço.
 - b) O local onde o paciente reside, por se tratar do domicílio principal do adquirente do serviço.
 - c) O local do servidor onde a plataforma está hospedada.
 - d) O local de início da consulta.
 - e) O local da prestação física do serviço, ou seja, onde o fisioterapeuta se encontra.
-

196. João, residente em Curitiba, adquiriu um carro novo em uma concessionária localizada em São Paulo. O veículo será entregue a ele em Niterói/RJ. Com base na LC 214/25, para quais Entes Federados será devido o IBS e CBS sobre a aquisição do veículo automotor?

- a) No local de entrega física do veículo em Niterói/RJ.
- b) No local da concessionária em São Paulo.
- c) No local do domicílio principal do destinatário, que é Curitiba.
- d) No local de registro do veículo após a compra.
- e) No local onde o veículo foi fabricado.

197. Uma grande empresa possui sua matriz em Brasília e várias filiais espalhadas pelo Brasil. Ela realiza a aquisição centralizada de serviços de telefonia fixa para todas as suas unidades. De acordo com a LC 214/25, qual o local da operação para fins de IBS e CBS sobre esses serviços de telefonia fixa, considerando que a empresa está sujeita ao regime regular do IBS e CBS e não há vedação à apropriação de créditos?

- a) O local de instalação de cada terminal de telefonia fixa em cada filial.
- b) O local do estabelecimento principal do adquirente (matriz em Brasília).
- c) O local onde o serviço de telefonia é efetivamente utilizado.
- d) Proporcionalmente distribuído entre as unidades da empresa.
- e) O local de domicílio da operadora de telefonia.

198. Sobre a apuração do IBS e da CBS, a Lei Complementar nº 214/2025 estabelece diretrizes para a consolidação e o período. Assinale a alternativa correta:

- a) A apuração do IBS e da CBS será realizada separadamente para cada estabelecimento do contribuinte.
- b) O período de apuração do IBS e da CBS será trimestral.
- c) O pagamento do IBS e da CBS e o pedido de resarcimento podem ser descentralizados por cada estabelecimento do contribuinte, para facilitar a gestão.
- d) A apuração consolidará todos os débitos e créditos do contribuinte no regime regular, incluindo aqueles decorrentes de regimes diferenciados e específicos, salvo exceções.
- e) O regulamento da Lei Complementar não tem papel na definição do prazo para conclusão da apuração e data de vencimento dos tributos.

199. Sobre o estorno e a apropriação de créditos no regime de não cumulatividade do IBS e da CBS, analise as afirmativas:

- I. O adquirente deverá estornar o crédito apropriado caso o bem adquirido venha a perecer, deteriorar-se, ser roubado, furtado ou extraviado.
- II. No caso de roubo ou furto de bem do ativo imobilizado, o estorno de crédito será feito proporcionalmente ao prazo de vida útil e às taxas de depreciação definidos em regulamento.
- III. Contribuintes optantes pelo Simples Nacional podem apropriar créditos do IBS e da CBS, desde que comprovem o pagamento dos tributos na aquisição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas II está correta.
- c) Apenas I e II estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

200. O Comitê Gestor do IBS e a RFB podem apresentar ao contribuinte uma apuração assistida do saldo do IBS e da CBS. Sobre a apuração assistida, assinale a alternativa incorreta:

- a) A apuração assistida terá por base documentos fiscais eletrônicos, informações sobre a extinção de débitos e outras informações do contribuinte.
- b) Na ausência de manifestação do contribuinte sobre a apuração assistida no prazo legal, presume-se correto o saldo apurado e considera-se constituído o crédito tributário.
- c) Caso haja a apresentação da apuração assistida, o contribuinte não poderá realizar sua própria apuração, sendo obrigado a aceitar o saldo proposto.
- d) A apuração assistida, confirmada ou ajustada pelo contribuinte, implica confissão de dívida e constitui o crédito tributário.
- e) A apuração assistida deverá ser uniforme e sincronizada para o IBS e a CBS.

CONTABILIDADE AVANÇADA E CONTABILIDADE DE CUSTOS

Marcondes Fortaleza

201. A empresa SAIPRALAJACARE S.A. realizou, em 01/12/2025, as seguintes vendas de mercadorias:

- Venda à vista: R\$ 440.000,00
- Venda para receber no longo prazo (15 meses) no valor nominal: R\$ 433.878,50

Se a venda efetuada a prazo tivesse sido realizada à vista o valor total das vendas seria R\$ 825.000,00. Sabendo-se que a taxa de juros praticada pela empresa nas vendas a prazo é 0,8% ao mês, a empresa SAIPRALAJACARE S.A. reconheceu na Demonstração do Resultado de 2025, especificamente com relação às vendas efetuadas em 01/12/2025,

- a) Receita de Vendas = R\$ 873.878,50.
- b) Receita de Vendas = R\$ 825.000,00, apenas.

c) Receita de Vendas = R\$ 825.000,00 e Receita Financeira = R\$ 3.080,00.

d) Receita de Vendas = R\$ 825.000,00 e Receita Financeira = R\$ 2.800,00.

e) Receita de Vendas = R\$ 794.435,00 e Receita Financeira = R\$ 88.871,06.

202. Sobre Subvenções e Assistência Governamentais e Reserva de Incentivos Fiscais, marque a assertiva correta:

- a) Mesmo havendo contraprestação a ser realizada, as subvenções devem ser reconhecidas no resultado da companhia.
- b) No caso de recebimento de subvenções na forma de máquinas, a apropriação à receita se dará paulatinamente, na medida em que forem sendo efetuadas as depreciações de tais máquinas. Esse crédito ao resultado sempre será feito na forma de receitas.
- c) Se a entidade receber subvenções ou outros tipos de incentivos com obrigação adicional a cumprir, o reconhecimento como receita será imediato.
- d) A transferência do valor da receita de subvenções, por meio da conta Lucros Acumulados, para a Reserva de Incentivos Fiscais pode superar o valor do lucro líquido do exercício.
- e) A reserva de incentivos fiscais somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal; ou então para aumento do capital social.

203. Uma Sociedade Empresária produz certo tipo de produto agrícola que é negociado em dois diferentes mercados ativos (Mercado A e Mercado B) a preços diferentes. Tanto o Mercado A quanto o Mercado B não são considerados o mercado principal para esse produto agrícola, mas a empresa pode acessar os preços do produto agrícola nesses dois mercados na data de sua mensuração. Outras informações também são conhecidas:

▪ Mercado A

R\$ 40,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 6,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 5,00/saca custos de transação no Mercado A

▪ Mercado B

R\$ 38,00/saca preço que seria recebido pela venda do produto agrícola

R\$ 4,00/saca custos para transportar o produto agrícola a esse mercado

R\$ 4,00/saca custos de transação no Mercado B

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 46 (R2) – Mensuração do valor justo e NBC TG 29 (R2) – Ativo biológico e produto agrícola, assinale a alternativa que apresenta o valor correto da mensuração do valor justo do produto agrícola negociado pela Sociedade Empresária.

- a) R\$ 40,00/saca.
- b) R\$ 38,00/saca.
- c) R\$ 34,00/saca.
- d) R\$ 35,00/saca.
- e) R\$ 30,00/saca.

204. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa É LENHA S.A. era, em determinada data, R\$ 500.000,00. A empresa MACHADO S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da É LENHA S.A. pagando o preço total de R\$ 650.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da É LENHA S.A. era, nessa mesma data, R\$ 600.000,00.

O valor do ágio reconhecido no balanço individual da empresa MACHADO S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 100.000,00.
- b) 150.000,00.
- c) 290.000,00.
- d) 350.000,00.
- e) 650.000,00.

205. As Cias. C e M apresentavam os seguintes balanços patrimoniais em 31/12/2024:

	Cia C	Cia M
Caixa	25.000	30.000
Terrenos	50.000	40.000
Total das Aplicações	75.000	70.000
Capital Social	75.000	70.000
Total das Origens	75.000	70.000

Na data, o terreno da Cia. C tinha valor justo de R\$ 70.000, enquanto o terreno da Cia. M tinha valor justo de R\$ 55.000.

Em 02/01/2025, os sócios das duas empresas fazem uma fusão, constituindo a Cia. CM.

Assinale a opção que indica o valor do patrimônio líquido da Cia. CM na data da fusão.

- a) R\$ 140.000,00.
- b) R\$ 145.000,00.
- c) R\$ 150.000,00.
- d) R\$ 180.000,00.
- e) R\$ 290.000,00.

206. Imagine a depreciação de um equipamento fabril utilizado na fabricação de 3 produtos diferentes. Referida depreciação, se calculada pelo método da soma dos dígitos em forma decrescente, representará um(a):

- a) Custo direto.
- b) Custo fixo.
- c) Custo variável.
- d) Custo semivariável.
- e) Despesa.

207. A empresa MAVIFOR apresentou, no exercício social de X1, custos indiretos de fabricação no montante de R\$ 30.000,00.

A empresa fabricou três produtos, os quais tiveram os seguintes gastos com mão de obra direta

Produto A = R\$ 4.000

Produto B = R\$ 6.000

Produto C = R\$ 8.000

Considerando o rateio dos CIF com base na mão de obra direta, o produto A receberá, a título de gastos gerais de fabricação, o montante de:

- a) R\$ 6.000,00.
- b) R\$ 6.666,67.
- c) R\$ 8.000,00.
- d) R\$ 10.000,00.
- e) R\$ 13.333,33.

208. A empresa MAVIFOR apresenta os seguintes custos para a fabricação de seu produto X:

- Custo variável unitário: R\$ 5
- Custos fixos associados à produção de X: R\$ 400
- Preço unitário de venda de X: R\$ 9

Considerando o custeio variável, caso a companhia produza e venda 120 unidades de X, ela terá um lucro bruto de:

- a) R\$ 80,00.
- b) R\$ 100,00.

- c) R\$ 480,00.
- d) R\$ 800,00.
- e) R\$ 1.080,00.

209. Julgue os itens seguintes a respeito da departamentalização:

- I. Departamento é uma unidade administrativa para a contabilidade de custos, representada por pessoas e máquinas (na maioria dos casos).
- II. Um departamento sempre corresponderá a um centro de custos.
- III. Para a alocação dos custos indiretos aos produtos, é necessário que todos estes custos estejam, na penúltima fase, nos departamentos de produção.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

210. Julgue os itens seguintes a respeito da NBC TSP 34:

- I. Objeto de custo é a unidade que se deseja mensurar e avaliar os custos.
- II. Apropriação dos custos é o reconhecimento do consumo de recursos por determinado objeto de custeio previamente definido.
- III. Sistema de acumulação corresponde à forma como os custos são acumulados e atribuídos aos bens e serviços e outros objetos de custos e está relacionado ao fluxo físico e real da produção.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Eduardo da Rocha*

211. O regime do ICMS, o regulamento estadual define tanto o momento da ocorrência do fato gerador quanto situações em que determinadas operações ou prestações não se submetem à tributação. Considerando essas regras aplicáveis no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

- a) O fornecimento de água natural canalizada a usuários do sistema de abastecimento configura circulação de mercadoria e, por isso, está sujeito à incidência do ICMS.
- b) O transporte interno de carga própria, ainda que realizado entre estabelecimentos do mesmo titular com veículo do próprio contribuinte, caracteriza prestação de serviço tributável.
- c) O encerramento das atividades do estabelecimento somente se considera ocorrido após a formalização da baixa no cadastro de contribuintes do Estado.
- d) A mercadoria existente no estoque final, quando caracterizado o encerramento das atividades do estabelecimento, equipara-se à saída de mercadoria, exceto na hipótese de sucessão.
- e) O transporte de pessoas, mesmo não remunerado e realizado por particular, constitui prestação de serviço sujeita ao ICMS.

212. A empresa Seridó Materiais de Construção Ltda., inscrita no Cadastro de Contribuintes do Estado do Rio Grande do Norte, recebeu uma comunicação da Administração Tributária Estadual por meio do Domicílio Tributário Eletrônico do Estado (DTE-RN). O responsável legal somente acessou o conteúdo da mensagem após o prazo de alguns dias, alegando que a ciência não poderia ser considerada válida, uma vez que não houve acesso imediato e o sistema eletrônico do Simples Nacional também estava disponível. À luz das regras do RICMS-RN sobre comunicação eletrônica, assinale a alternativa correta:

- a) A comunicação realizada via DTE-RN somente produz efeitos após confirmação expressa do contribuinte, não sendo admitida presunção legal de ciência.
- b) A comunicação eletrônica não se aplica aos contribuintes optantes pelo Simples Nacional, os quais estão sujeitos exclusivamente ao DTE-SN.
- c) Considera-se efetivada a comunicação eletrônica na data do envio.
- d) A comunicação eletrônica realizada por meio do DTE-RN é considerada pessoal e pode ser reputada efetivada mesmo sem acesso do contribuinte.
- e) O DTE-RN destina-se apenas ao envio de intimações formais, não abrangendo avisos ou a cientificação de atos administrativos em geral.

213. No regime do ICMS, o direito ao crédito pressupõe vínculo direto entre a aquisição de mercadorias, bens ou serviços e a atividade econômica efetivamente exercida pelo estabelecimento. À luz dessas regras previstas no Regulamento do ICMS do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

- a) É permitido o creditamento do ICMS relativo à aquisição de veículos de transporte pessoal utilizados pelos administradores da empresa, desde que registrados no ativo permanente.
- b) Os bens do ativo permanente adquiridos para locação a terceiros geram direito a crédito, por integrarem o patrimônio do contribuinte.
- c) Os imóveis adquiridos para integração física ao estabelecimento geram direito a crédito do ICMS, por serem indispensáveis à atividade empresarial.
- d) O contribuinte não pode se creditar do ICMS relativo a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento, sendo presumidas como tais, entre outras hipóteses, as aquisições destinadas à comercialização, industrialização, produção ou prestação de serviços de transporte ou comunicação.
- e) Em nenhuma hipótese é restituível ou compensável o valor do ICMS que tenha sido utilizado como crédito pelo estabelecimento destinatário.

214. A Escrituração Fiscal Digital (EFD) foi instituída como instrumento destinado à escrituração, em meio digital, de livros e documentos fiscais exigidos dos contribuintes do ICMS. Com base no Regulamento do ICMS do Rio Grande do Norte, analise as afirmativas a seguir acerca dos livros e controles abrangidos pela EFD:

- I. A EFD deve ser utilizada para a escrituração do Livro Registro de Apuração do ICMS e do Livro Registro de Apuração do IPI.
- II. O Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque integra o rol de livros que devem ser escriturados por meio da EFD.
- III. O documento Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente – CIAP não integra a EFD, devendo ser mantido em controle próprio, fora da escrituração digital.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

215. A tributação monofásica do ICMS sobre combustíveis, introduzida no Regulamento do ICMS do Rio Grande do Norte, envolve regras específicas quanto aos produtos alcançados, aos sujeitos passivos da obrigação tributária e à lógica de incidência do imposto. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. A incidência única do ICMS alcança apenas os combustíveis derivados do petróleo.
- II. No regime de tributação monofásica dos combustíveis, são considerados contribuintes do ICMS o produtor, os que lhe sejam equiparados e o importador, sendo irrelevante, para esse enquadramento, a circunstância de a produção ocorrer de forma residual ou por meio de formulação mediante mistura mecânica.
- III. O enquadramento como contribuinte do ICMS, para fins do regime monofásico dos combustíveis, não se estende às bases de refinarias de petróleo e às centrais petroquímicas, por não realizarem diretamente a etapa de produção do combustível final.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

216. A empresa Potiguar Utilidades Domésticas Ltda., estabelecida no Rio Grande do Norte, atua no comércio varejista de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária do ICMS, figurando como contribuinte substituído. Em determinado trimestre, ocorreram as seguintes situações:

- (i) parte das mercadorias adquiridas com ICMS-ST regularmente recolhido sofreu avarias irreversíveis ainda no estoque, impossibilitando a venda ao consumidor final;
- (ii) outra parte das mercadorias, também adquiridas sob o regime de substituição tributária, foi vendida em operação interestadual a contribuinte localizado no Estado de São Paulo;
- (iii) em operações internas destinadas a consumidor final, o valor efetivo da venda foi inferior à base de cálculo presumida utilizada para a retenção do ICMS-ST na etapa anterior.

Ao formular pedido de ressarcimento, a empresa não conseguiu identificar, item a item, qual aquisição específica correspondia às mercadorias efetivamente saídas do estoque. Além disso, o pedido foi parcialmente indeferido, e o contribuinte pretende recorrer. Considerando as disposições do RICMS-RN, assinale a alternativa correta:

- a) O ressarcimento é cabível nas hipóteses (i), (ii) e (iii), mas o valor resarcível pode exceder o imposto cobrado na entrada, desde que o contribuinte demonstre diferença entre o valor presumido e o efetivo; e o recurso deve ser dirigido diretamente ao titular da SUSCOMEX.
- b) O ressarcimento é cabível nas hipóteses (i), (ii) e (iii), devendo o valor resarcível observar o limite do imposto cobrado na entrada; na impossibilidade de vincular o imposto à aquisição, adota-se o valor pago na aquisição mais recente proporcional à quantidade saída; e o recurso deve ser dirigido inicialmente ao Auditor Fiscal que proferiu a decisão, por meio eletrônico no SEI.
- c) O ressarcimento é cabível apenas nas hipóteses (ii) e (iii); na hipótese (i) inexiste ressarcimento por

falta de previsão; e, sendo indeferido o pedido, o recurso deve ser apresentado em até 10 dias úteis diretamente ao Auditor Fiscal.

- d) O ressarcimento é cabível apenas na hipótese (iii), por envolver base de cálculo presumida; o valor a ser resarcido não sofre limitação vinculada ao imposto cobrado na entrada; e, na ausência de correspondência de aquisição, deve-se adotar a aquisição mais antiga.
- e) O ressarcimento é cabível nas hipóteses (i), (ii) e (iii), mas, na ausência de correspondência do imposto, deve-se adotar o imposto médio ponderado do estoque; e o recurso deve ser apresentado ao Auditor Fiscal, que decide em última instância.

217. A empresa Potiguar Logística Integrada S.A., estabelecida no Estado do Rio Grande do Norte, atua no transporte de cargas e na revenda eventual de veículos utilizados em sua frota. No exercício de 2025, ocorreram as seguintes situações envolvendo veículos automotores:

- (i) em 1º de janeiro, a empresa mantinha em seu patrimônio um caminhão regularmente licenciado no RN, adquirido em anos anteriores;
- (ii) em março, a empresa adquiriu, para incorporação ao seu ativo permanente, um veículo novo diretamente de concessionária localizada em Natal;
- (iii) em julho, a empresa adquiriu de pessoa física domiciliada em outro Estado um veículo usado que ainda não havia sido registrado ou licenciado no Rio Grande do Norte, sem comprovação de pagamento do IPVA na Unidade da Federação de origem;
- (iv) em setembro, a empresa importou diretamente do exterior um veículo novo, destinado à utilização em suas atividades operacionais, promovendo o desembarque aduaneiro no Porto de Natal;
- (v) por fim, em novembro, um veículo anteriormente beneficiado por isenção perdeu a condição que fundamentava o benefício fiscal.

Considerando as regras relativas ao fato gerador do IPVA previstas na Lei nº 6.967/96 do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador do IPVA ocorre, em todas as hipóteses descritas, no dia 1º de janeiro do exercício, independentemente da data de aquisição, importação ou perda de benefício fiscal.
- b) O fato gerador do IPVA, nas hipóteses (ii), (iii), (iv) e (v), ocorre, respectivamente, na data da aquisição do veículo novo, na data do registro no RN, na data do desembarque aduaneiro e no início do exercício seguinte à perda da isenção.
- c) O fato gerador do IPVA ocorre na hipótese (i) em 1º de janeiro; na hipótese (ii) na data da aquisição por consumidor final ou da incorporação ao ativo permanente; na hipótese (iii) na data da aquisição do veículo usado; na hipótese (iv) na data do desembarque aduaneiro; e na hipótese (v) no momento da perda da condição que fundamentava a imunidade ou isenção.
- d) O fato gerador do IPVA, no caso de veículo usado adquirido em outra Unidade da Federação, somente ocorre após o registro ou licenciamento no Estado do Rio Grande do Norte, ainda que não haja comprovação de pagamento do imposto no Estado de origem.
- e) Nas hipóteses de importação de veículo, o fato gerador do IPVA ocorre sempre na data da aquisição pelo consumidor final, sendo irrelevante o desembarque aduaneiro ou a destinação do bem ao ativo da empresa.

218. A ampliação do rol de imunidades do IPVA promovida pela Emenda Constitucional nº 132 exigiu a adequação da legislação dos Estados, inclusive quanto a veículos tradicionalmente vinculados a atividades produtivas específicas. No Estado do Rio Grande do Norte, a Lei nº 6.967/96 passou a prever hipóteses adicionais de imunidade, com critérios objetivos relacionados ao tipo de veículo e à atividade a que se destina. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. São imunes ao IPVA as aeronaves agrícolas e as aeronaves utilizadas por operador certificado para prestar serviços aéreos a terceiros.
- II. A imunidade do IPVA alcança embarcações utilizadas em atividades de pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência, ainda que pertencentes a pessoa física, não se exigindo, para essas hipóteses, outorga para prestação de transporte aquaviário.
- III. As plataformas suscetíveis de se locomoverem na água por meios próprios e as embarcações destinadas à exploração de atividades econômicas em águas territoriais ou na zona econômica exclusiva são beneficiadas por isenção do IPVA, concedida pela legislação estadual.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

219. João Batista adquiriu, em fevereiro de determinado exercício, um veículo automotor usado de propriedade de Carlos Henrique, residente no mesmo município. No momento da compra, João não exigiu comprovantes de quitação do IPVA relativo a exercícios anteriores. Dias depois, dirigiu-se ao órgão de trânsito para efetuar a transferência da propriedade. Mesmo sem a comprovação do pagamento do imposto, o servidor público Marcos Vinícius autorizou e concluiu o procedimento de transferência e licenciamento do veículo. Posteriormente, a Fazenda Estadual constatou a existência de débitos de IPVA referentes a exercícios anteriores à aquisição. Considerando as regras da Lei nº 6.967/96 do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas Carlos Henrique, antigo proprietário do veículo, é responsável pelo pagamento do IPVA em atraso, pois o fato gerador ocorreu antes da alienação.
- b) João Batista responde solidariamente pelo imposto devido, mas apenas após a prévia cobrança administrativa do antigo proprietário.
- c) João Batista, Carlos Henrique e o servidor Marcos Vinícius respondem solidariamente pelo pagamento do imposto e acréscimos, não havendo benefício de ordem entre eles.
- d) O servidor Marcos Vinícius não pode ser responsabilizado, pois sua atuação se limitou a ato administrativo vinculado.
- e) A responsabilidade solidária do adquirente restringe-se ao IPVA do exercício da aquisição, não alcançando exercícios anteriores.

220. O Estado do Rio Grande do Norte instituiu serviço público de loteria estadual, com a criação de fundo específico destinado ao financiamento de diversas políticas públicas. Em determinado exercício, a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ analisou a destinação dos recursos arrecadados com a exploração das modalidades lotéricas estaduais, bem como o tratamento a ser dado aos prêmios não reclamados pelos apostadores. Durante a análise, surgiram dúvidas quanto às finalidades legais do Fundo Estadual da Loteria do Rio Grande do Norte, aos percentuais mínimos de aplicação e à destinação de valores não resgatados. Com base na Lei nº 12.217/25, assinale a alternativa correta:

- a) Os recursos do Fundo Estadual da Loteria do Rio Grande do Norte somente podem ser aplicados em segurança pública, saúde e seguridade social, sendo vedada sua utilização para a manutenção dos próprios serviços lotéricos.
 - b) A totalidade dos recursos do Fundo Estadual da Loteria do Rio Grande do Norte deve ser destinada às áreas sociais, não podendo qualquer percentual ser reservado à divulgação dos serviços de loteria.
 - c) Os percentuais de aplicação dos recursos do Fundo em cada área são definidos na lei estadual.
 - d) Os valores correspondentes a prêmios não reclamados pelos apostadores no prazo legal permanecem com a entidade operadora do serviço de loteria, como forma de custeio de suas atividades.
 - e) Os recursos do Fundo Estadual da Loteria do Rio Grande do Norte destinam-se ao financiamento de múltiplas áreas de interesse público, incluindo a manutenção dos serviços lotéricos, devendo o regulamento observar a proporção prevista na legislação federal, com destinação mínima de 20% para essa finalidade, sendo os prêmios não reclamados revertidos ao próprio Fundo.
-

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Rafael Rocha*

221. De acordo com a lei estadual que rege o ITCD, assinale a opção incorreta:

- a) Nas transmissões sujeitas à incidência do imposto, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários, donatários, ainda que o bem ou direito seja indivisível.
- b) A antecipação da legítima, a herança, o legado e a doação pura e simples sujeitam-se ao imposto normalmente.
- c) Considera-se meação, o valor atribuído ao meeiro, cônjuge ou companheiro, gratuitamente, superior à fração ideal a qual fazem jus.
- d) No cálculo do imposto, serão abatidas dívidas passivas do de cujus, anteriores ao débito, na mesma proporção que os referidos bens representarem no montante do espólio.
- e) Incide o ITCMD sobre a transmissão *causa mortis* de bem ou direito, inclusive na sucessão provisória.

222. De acordo com a legislação estadual que rege o ITCD, assinale a situação em que o imposto será devido ao RN.

- a) João, residente no RN, doa a nua-propriedade de um imóvel localizado em SE a seu irmão, residente no ES.
- b) João, residente em SC, doa o usufruto de cotas de capital social de uma empresa que é sócio, com sede no ES, a seu irmão, residente no RN.
- c) João, residente no RN, doa um veículo, licenciado no ES, a seu irmão, residente em PE.
- d) João, residente em PE, doa R\$ 100.000,00 de uma conta bancária sua a seu irmão, residente no RN.
- e) João, residente no RN, doa o usufruto relativo a um apartamento, localizado no MT, a seu irmão, residente em PE

223. Considere a situação abaixo.

João, morador do Rio de Janeiro/RJ, resolve doar à Maria, moradora de Natal/RN a nua-propriedade de um bem imóvel urbano, cujo valor é de R\$

500.000,00. Nesse caso, pode-se afirmar que o ITCD devido será de:

- a) R\$ 15.000,00.
- b) R\$ 20.000,00
- c) Há a isenção do ITCD.
- d) R\$ 7.500,00.
- e) Nenhuma das anteriores.

224. Cássio, domiciliado em Natal/RN, faleceu, deixando sua esposa Adélia e 3 filhas: Cristina, Maria e Léa. O total dos bens comuns do casal – todos móveis – montava a importância de R\$ 3.000.000,00. De acordo com a legislação civil em vigor na data do óbito, e com o regime de casamento adotado pelo casal, caberia à Adélia apenas 50% desses bens comuns, a título de meação, devendo os outros 50% ser divididos igualmente entre as três filhas, de modo que cada uma delas receberia R\$ 500.000,00.

Ocorre, todavia, que, feita a partilha, decidiu-se que Adélia receberia bens no valor total de R\$ 1.600.000,00. Cristina nada recebeu, pois renunciou pura e simplesmente ao quinhão que lhe caberia como herança; enquanto Léa ficou com R\$ 1.000.000,00, em razão de Maria ter renunciado a parte de seus bens em seu favor.

Diante desse caso hipotético, pode-se verificar a ocorrência de:

- a) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões *causa mortis* e 2 relativos a transmissões por doação.
- b) 5 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões *causa mortis* e 3 relativos a transmissões por doação.
- c) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões *causa mortis* e 2 relativos a transmissões por doação.
- d) 4 fatos geradores do ITCMD, sendo 3 relativos a transmissões *causa mortis* e 1 relativo a uma transmissão por doação.
- e) 3 fatos geradores do ITCMD, sendo 2 relativos a transmissões *causa mortis* e 1 relativo a uma transmissão por doação.

225. Considere uma transmissão causa mortis de um veículo licenciado no estado do Amapá, com valor venal de R\$ 100.000,00. Paulo e Tiago, herdeiros do falecido, residem no estado do Rio Grande do Norte. O autor da herança, no momento do óbito era domiciliado em Miami (EUA), mas seu inventário transcorreu extrajudicialmente no estado do Acre.

Com base na situação acima, pode-se afirmar que:

- a) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido ao AP.
- b) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido ao AC.
- c) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido ao RN.
- d) Considera-se ocorrido o fato gerador do ITCD no momento da abertura do inventário.
- e) Nenhuma das anteriores.

226. Configura hipótese de não incidência do ITCD, de acordo com a lei potiguar do ITCD:

- a) transmissão de bem doado por partidos políticos.
- b) transmissão em que o herdeiro renuncie à herança ou legado, sem condição, tendo ele praticado ato que demonstre aceitação da herança.
- c) a renúncia pelo fideicomissário de herança ou legado, caducado o fideicomisso, ficando os bens na propriedade pura do fiduciário.
- d) a transferência, instituição, translação e extinção de direitos reais de garantia.
- e) as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e benfeiteiros de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei ordinária.

227. Não tendo o contribuinte pago o imposto lançado nem impugnado o lançamento de ofício no prazo previsto para o recolhimento, a autoridade fiscal inscreverá o crédito tributário na Dívida Ativa do Estado, acrescido da multa de:

- a) 5%.
- b) 10%.
- c) 20%.
- d) 50%.
- e) 100%.

228. As alíquotas do ITCD no Estado do RN são de:

- a) 2%, 4% e 6%.
- b) 2%, 4%, 6% e 8%.
- c) 3%, 5%, 6% e 7%.
- d) 3%, 4%, 5% e 6%.
- e) 3%, 5% e 7%.

229. Tratando-se de transmissão apurada em processo judicial, o imposto será recolhido após iniciativa do guia do escrivão do feito que expedirá guia à repartição fazendária dentro do prazo de:

- a) 5 (cinco) dias do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo.
- b) 10 (dez) dias do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo.
- c) 15 (quinze) dias do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo.
- d) 30 (trinta) dias do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo.
- e) 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença homologatória do cálculo.

230. Dibuteco, casado com Dona Maria, falece e deixa 2 bens imóveis no RJ, 1 no RN e dois veículos no ES. O inventário foi processado extrajudicialmente no PI e o falecido era domiciliado em SP. O casal tinha 4 filhos: João, José, Pedro e Paulo. Nesse caso, tendo em vista a legislação potiguar acerca do ITCD e sabendo-se que todos os bens são comuns do casal, pode-se afirmar que, em favor do RN:

- a) Há 4 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- b) Há 5 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- c) Há 10 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- d) Há 12 fatos geradores do ITCD causa mortis.
- e) Não há qualquer fato gerador do ITCD em favor do RN.

e) Às partes interessadas é facultada vista do processo na repartição processante em que se encontram, vedada a sua retirada e permitido o fornecimento de cópias ou certidões, por solicitação e às expensas dos interessados.

232. Suponha a seguinte situação: João é julgador de 1^a instância. Seu primo, Márcio, é sócio de uma empresa contra a qual foi emitida uma notificação fiscal exigindo, de ofício, um valor de ICMS não recolhido. O filho de Márcio, Paulo, também é sócio de uma empresa que foi autuada pelo Fisco potiguar. Ambas as notificações fiscais encontram-se em julgamento na 1^a instância. Considerando o que dispõe a legislação do PAT-RN, assinale a opção correta:

- a) João poderá para participar da sessão de julgamento dos processos envolvendo Márcio e Paulo, pois não há previsão de impedimento para os Julgadores de 1^a instância.
- b) João não poderá participar da sessão de julgamento de nenhum dos casos.
- c) João só poderá para participar da sessão de julgamento do processo envolvendo Paulo .
- d) João poderá participar da sessão de julgamento de ambos os casos, por não estar configurado qualquer impedimento legal.
- e) João só poderá para participar da sessão de julgamento do processo envolvendo Márcio.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Rafael Rocha

231. De acordo com a legislação potiguar acerca do PAT, assinale a opção incorreta:

- a) Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma determinada, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaços em branco e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.
- b) Na hipótese de a autoridade administrativa da repartição processante por onde tramitar o processo verificar a existência de qualquer deficiência ou irregularidade que não possa sanar, deverá providenciar para que seja suprida ou corrigida por quem de direito.
- c) É indispensável o reconhecimento de firma em petições dirigidas à Secretaria de Estado da Tributação, salvo em casos excepcionais ou naqueles em que a lei dispense explicitamente essa exigência.
- d) A autoridade administrativa deverá responder formalmente à petição do interessado, vedado seu arquivamento sem despacho fundamentado e sem a cientificação do peticionário.

233. Considere os itens abaixo.

- I. quando receber presentes ou favores, antes ou depois de iniciado o procedimento ou processo administrativo tributário, de pessoas que tiverem interesse no seu resultado.
- II. quando houver interesse no julgamento do processo administrativo tributário em favor de qualquer das partes.
- III. quando for amigo íntimo ou inimigo de parte ou, ainda, de seus advogados, contabilistas, consultores ou assessores.

Configuram hipóteses de suspeição daquele que vier a atuar no procedimento de fiscalização ou no processo administrativo tributário as situações descritas em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) todos os itens.
- e) II, apenas.

234. Em se tratando de intimação realizada por meio publicação no Diário Oficial do Estado, pode-se afirmar que ela é tida como realizada:

- a) no dia do término do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua publicação.
- b) no dia do término do prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua publicação.
- c) no dia do término do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de sua publicação.
- d) no dia do término do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua publicação.
- e) no dia do término do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

235. Acerca das nulidades no PAT, assinale a opção incorreta:

- a) São nulas as intimações que não contenham os elementos essenciais ao cumprimento de suas finalidades.
- b) A nulidade de qualquer ato prejudica os anteriores e posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- c) Ao declarar a nulidade a autoridade indicará os atos por ela atingidos, ordenando as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.
- d) As incorreções, omissões ou inexatidões que não importem nulidade devem ser sanadas quando não ocasionarem prejuízo para a defesa do administrado, salvo se este lhes houver dado causa ou quando influírem na solução do litígio.
- e) Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir, reputando-se como válidos os que, realizados de outro modo, lhe preencham a finalidade essencial.

236. No Rito Ordinário, o processo será julgado no prazo máximo de:

- a) 60 dias corridos, contados do protocolo perante o órgão responsável pelo julgamento.
- b) 90 dias corridos, contados do protocolo perante o órgão responsável pelo julgamento.
- c) 120 dias corridos, contados do protocolo perante o órgão responsável pelo julgamento.
- d) 180 dias corridos, contados do protocolo perante o órgão responsável pelo julgamento.
- e) 360 dias corridos, contados do protocolo perante o órgão responsável pelo julgamento.

237. A edição de súmula dar-se-á a partir de provocação de qualquer dos membros do Conselho de Recursos Fiscais, em sessão especial, pelo voto:

- a) de 2/3 dos conselheiros do referido Conselho.
- b) de 3/4 dos conselheiros de referido Conselho.
- c) da maioria simples dos conselheiros de referido Conselho.
- d) da maioria absoluta dos conselheiros de referido Conselho.
- e) 3/5 dos conselheiros de referido Conselho.

238. Analise os itens abaixo acerca da consulta:

- I. apresentada com caráter meramente protelatório.
- II. formulada quando houver procedimento fiscal iniciado para apuração de fatos relativos à matéria consultada.
- III. se referir a fato definido como crime ou contravenção

A consulta será liminarmente rejeitada pela autoridade fiscal nas situações descritas em:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, apenas
- e) todos os itens.

239. A apresentação de petição de consulta resulta:

- a) o impedimento, até 15 dias corridos após a ciência da resposta, para início de qualquer procedimento fiscal que tenha por finalidade apurar ação ou omissão do consultante relacionada com o objeto da consulta, desde que o consultante comprove que ingressou com a consulta, cabendo à autoridade fiscal certificar-se sobre a resposta, se houver.
- b) na suspensão do prazo de pagamento do tributo decorrente da substituição tributária, antes de sua apresentação.

c) na suspensão do prazo de pagamento do tributo decorrente da substituição tributária, depois de sua apresentação.

d) na suspensão do prazo para cumprimento de obrigações acessórias.

e) na suspensão do prazo de exigibilidade de obrigação que verse sobre o assunto da consulta.

240. Da decisão de primeira instância cabe recurso voluntário, por parte do sujeito passivo:

- a) com efeito devolutivo e suspensivo, interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão singular.
- b) com efeito devolutivo apenas, interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão singular.
- c) com efeito suspensivo apenas, interposto no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da decisão singular.
- d) com efeito devolutivo apenas, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da decisão singular.
- e) com efeito suspensivo apenas, interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da decisão singular.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNApSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>